

# **EXPRESSÕES DE PODER SOBRE A DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA: UM EXEMPLO A PARTIR DO CASO RAPOSA SERRA DO SOL**

Flávia de Faria Gomes<sup>1</sup>  
Anderson Marcos dos Santos<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O século XVII deu início à colonização amazônica e expôs seus povos indígenas às disputas por terras, escravidão, matanças, submetendo-os à outra cultura e religião. Quando a fronteira brasileira começou a delinear-se, a Amazônia virou questão central, alvo da intenção do povoamento de todas as suas terras. Essa dinâmica territorialista que se estruturou há séculos ainda resiste atualmente. O presente trabalho demonstra, a partir do processo demarcatório da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a complexidade da disputa por terras no país, e como os povos indígenas são deixados de lado por um modelo de desenvolvimento que apenas os exclui socialmente e “venda os olhos” diante de seus direitos coletivos. No processo demarcatório usado como exemplo, as deliberações finais são positivas aos indígenas, no entanto, escondem equívocos que vão contra esses povos. E mesmo com o desenvolvimento de novas legislações e o melhoramento de outras, eles ainda são considerados obstáculos às intenções do Estado, numa ótica conservadora, excludente e preconceituosa, advinda de práticas como a colonialidade, o eurocentrismo e o capitalismo, que seguem juntos, desconstruindo qualquer intenção de progresso coletivo. Contudo, Exemplos como das constituições e dos modos de atuação dos povos do Equador e da Bolívia demonstram certa esperança por um desenvolvimento efetivamente plural no país, a partir de ações de instituições e organizações sociais pela defesa dos seus direitos, com o associativismo local e até mesmo mobilizações na esfera pública, que unem indivíduos de valores e objetivos comuns, numa força maior em prol de um mundo diferente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terra indígena, Raposa Serra do Sol, Direitos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Gestão Ambiental na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

<sup>2</sup> Professor de direito, educação e cidadania na Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, graduado e Direito (PUC), mestre em direito (UFPR) e doutor em Sociologia (UNICAMP)

## 1 INTRODUÇÃO

A diversidade fundiária brasileira está associada à multiplicidade sociocultural, a povos de culturas distintas, classificados arbitrariamente da mesma forma. Esquecidos pelo Estado, principalmente em relação a sua situação fundiária, são grupos ‘não camponeses’ necessitados de uma reforma agrária com nova essência, de processos de ocupação com afirmação territorial, de políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. Recentemente consolida-se no país práticas que afloram este novo sentido, como as discussões referentes à demarcação e homologação das terras indígenas, sustentando um esforço coletivo de identificação com o meio biofísico onde vivem, seu território, dependente inteiramente de suas contingências históricas (LITTLE, 2002).

O presente trabalho abordará, a título de exemplo, a Amazônia brasileira, delimitada em uma área chamada “Amazônia Legal”, que abrange nove estados e diferentes grupos étnicos e socioculturais, dentre os quais, encontram-se os indígenas do Estado de Roraima. A Amazônia, segundo VALLEJO REAL (2006), constitui-se a partir de algumas formas de espaço, dentre eles cito alguns, atualizados por LÓPEZ (2006 *apud* VALLEJO REAL, 2006): o “espaço imaginário contemporâneo” do mito moderno da “natureza intocada”, da Amazônia como o “pulmão do mundo”; o “espaço real contemporâneo” caracterizado pela crescente urbanização, grandes extensões de cultivos, áreas protegidas, bases militares e guerrilha; o “espaço social econômico atual” com modelos e impactos de mega projetos extrativistas, óleo, água ou biodiversidade; e o “espaço ideológico” entre a ideologia do desenvolvimento do Estado, da conservação de sua biodiversidade e do desenvolvimento de grupos tradicionais. Em suma, um espaço de confronto de territorialidades, onde hoje são disputados interesses nacionais, regionais e transnacionais (principalmente a onda do agronegócio).

Essa região encontra-se ocupada, em grande parte, sob a forma de terras indígenas, homologadas ou ainda em processo. O reconhecimento dessas terras progrediu conforme as legislações pertinentes iam se desenvolvendo. Com a melhora da Constituição federal em relação aos direitos indígenas e pelo fato desse grupo sentir-se mais protegido com essa mudança, muitos passaram a reconhecer sua identidade étnica. Desta forma, foram impulsionados a lutar ainda mais por seus

direitos, que estão sendo atropelados pela escolha de desenvolvimento do país. Encontram limites frente à composição territorial atual, veem aumentar a pressão exercida pelo “espaço social econômico atual” sobre suas terras, e os seus direitos não se cumprirem frente a isso, deste modo formas associativas desenvolveram-se, indígenas e não-indígenas, em busca de mais proteção. Essas organizações surgiram como expressão das necessidades de representação dos grupos marginalizados, com negociações de interesses e defesa de seus direitos. São caracterizadas por uma forte capacidade de mobilização, propiciadores do reconhecimento ainda maior das identidades e dos direitos coletivos. A demanda por direitos coletivos e territoriais, base do surgimento das organizações indígenas, têm sido a fundamental estratégia para criação de reivindicações postas ao Estado. No embate com as intenções desenvolvimentistas e de integração nacional, que se sobrepõem a esses direitos, a preocupação central do grupo tem sido assegurar e defender as terras indígenas, a partir de políticas públicas, em busca de um espaço para suas próprias expectativas e visões de desenvolvimento. (VALLEJO REAL, 2006). Unidos por uma territorialidade diferenciada, que vai além da noção de domínio ou influências sobre o território, mas do pleno aproveitamento das possibilidades do espaço geográfico, permitindo a liberdade do ser e seu diferenciado processo de desenvolvimento, baseado na produção de vida em grupo. A territorialidade indígena propaga-se pelo pertencer ao que os pertence, à sua terra, à natureza.

O significado de “populações indígenas”, e outras “populações tradicionais”, têm se modificado, essas categorias afastaram-se do quadro de “sujeitos biologizados”, para manifestarem consciência de sua própria condição, agentes sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações que, contudo, não tem diminuído os entraves políticos e as dificuldades burocrático-administrativos que atrasam a efetivação do reconhecimento jurídico-formal de suas terras (ALMEIDA, 2004). Na busca pelo seu espaço, os indígenas demonstram sua territorialidade, uma palavra que transcende a “extensão apropriada e usada”, sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence”, num sentimento que ultrapassa a raça humana e independe da existência do Estado. Contudo, é improvável a menção de um Estado sem território, um espaço territorial sujeito a transformações sucessivas que, no entanto, permanece o mesmo: um

Estado, um espaço e muitas “nações” (SANTOS e SILVEIRA, 2008). Intento demonstrar que a cada um destes seres, pertencentes à “nações”, cabem prerrogativas sociais, mais conhecidas como cidadania, uma soma de direitos e deveres em relação à sociedade. Direitos como o teto, a comida, a educação, a saúde, e dentre outras coisas, a liberdade que, ameaçada por um cotidiano impiedoso, não passa de uma conquista a se manter, que para ser válida deve ser reclamada, pois dentre os cidadãos de classes diversas, há cidadania e cidadania: os mais cidadãos, os menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são (SANTOS M., 2007).

É neste cenário que proponho o trabalho, usando o processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol como exemplo, a fim do entendimento acerca de processos e formas de injustiças sociais já institucionalizadas, exercidas sobre os índios. Elucidarei como se deu a ocupação na área de estudo através de uma retrospectiva histórica, anteriormente a análise do processo demarcatório da terra indígena. Em busca do que objetivo, elencarei questões centrais do caso e seus respectivos conflitos, evidenciando as injustiças sociais que vem afetando os povos indígenas e associando a questões que justifiquem a legitimação do poder colocada, por muitas vezes, de forma incorreta sobre estes povos. Tratarei, também, de questões que condenem as ações contra os indígenas, com a intenção de proporcionar um claro entendimento dos seus direitos.

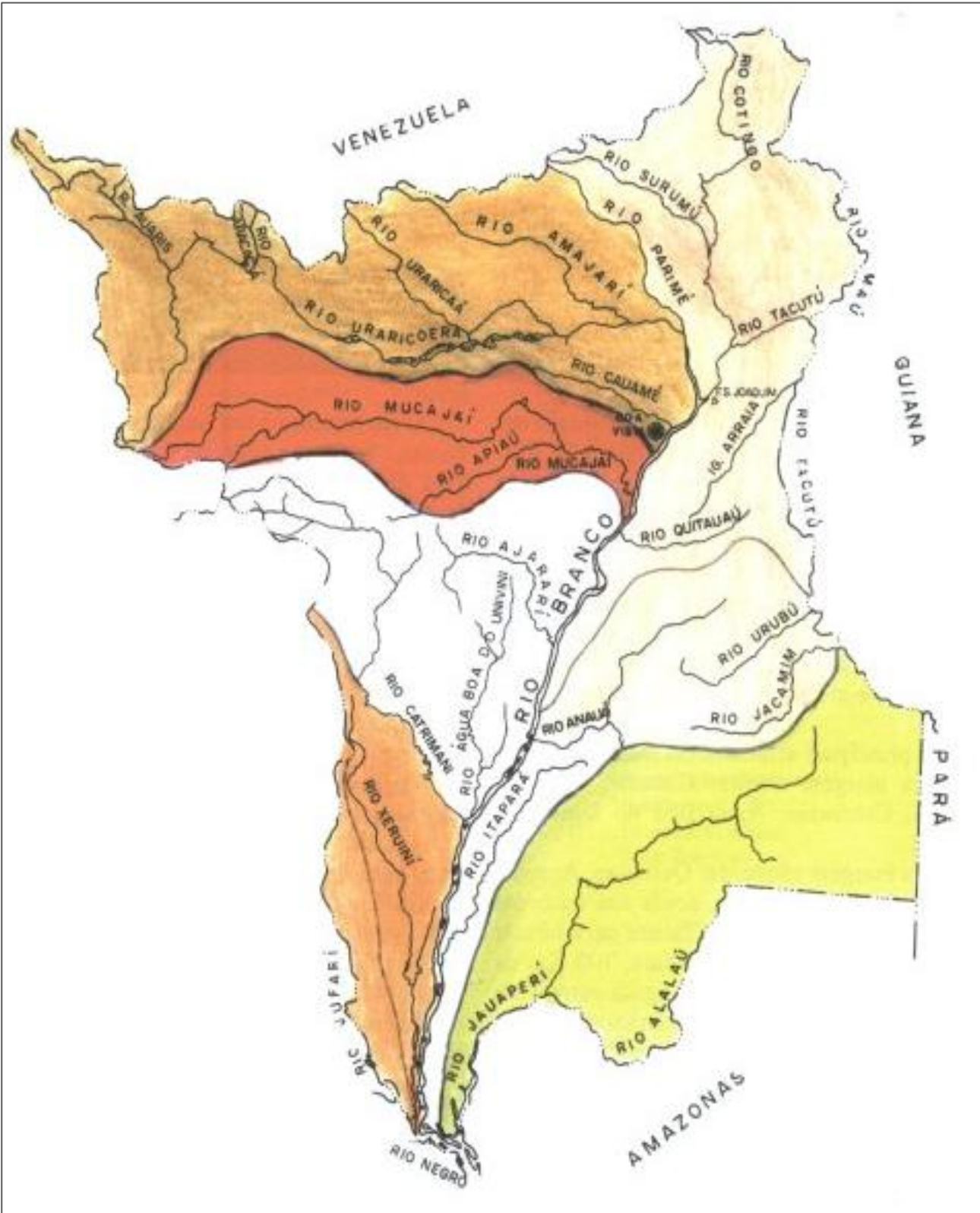
## **2 TRAJETÓRIA DA AFRONTA SOBRE OS INDÍGENAS NA REGIÃO AMAZÔNICA**

“Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro” (ORLANDI, 1993, p. 116).

Entendamos então um pouco do histórico de ocupação da área de estudo, que apresento a fim de uma compreensão da origem do problema enfrentado, semeado desde os tempos de colonização até então. Começamos por 22 de abril de 1500, distante e marcante data que inaugura a modernidade no país, a partir do fatídico momento quando aqui chegam as caravelas portuguesas lideradas por Pedro Álvares Cabral, recebendo um nome imposto que retratava um processo de devastação e exploração, Brasil (QUIJANO, 2005). A partir desta data, as transformações territoriais decorrentes do processo de expansão de fronteiras, impactaram a territorialidade dos povos nativos (LITTLE, 2002).

No final do século XVI, a região próxima ao delta do rio Amazonas sofreu com disputas por terras entre holandeses e ingleses. Objetivando a hegemonia, no início do século seguinte os portugueses iniciaram um processo de ocupação, com tropas e um forte construído na desembocadura do rio Pará, afluente do rio Amazonas, formando ao seu redor o que viria a ser a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Os territórios correspondentes às conquistas portuguesas, Maranhão e Grão-Pará, foram desligados do governo brasileiro, por dois séculos, e subordinadas à União Ibérica, formando o Estado Independente do Maranhão, que expulsou os ingleses e holandeses que ultrapassaram seus limites das margens dos rios e, considerou os indígenas como empecilho. Missionários que passaram pela região, no século XVII, produziram relatos que foram explorados por países que também pretendiam manter monopólio na região a partir de disputas por terras. Uma série de missões, iniciadas no rio Urubu e Negro, renderam cobiça às reservas minerais, foi quando a prisão, escravidão e matança de índios tornou-se descomedida (GUERREIRO, 2008).

Figura 1: Hidrografia Roraima.



Fonte: página online do Senado.<sup>3</sup>

3 Disponível em: [http://www.senado.gov.br/senadores/senador/Mozarild/informacoes\\_roraima.asp](http://www.senado.gov.br/senadores/senador/Mozarild/informacoes_roraima.asp)

Perigosa, delongada, marcada pela prisão de centenas de índios e pela ganância dos jesuítas, a expedição que marcou o início da expansão portuguesa em direção ao ocidente amazônico foi considerada pacificadora e satisfatória. O revide dos indígenas à tentativa de ocupação provocou um holocausto, foram expostos a sistemas punitivos das tropas de resgate, transferidos e remanejados para aldeamentos próximos aos acampamentos europeus, onde jovens eram recrutados para a doutrina cristã. No século XVII, foram frequentes as expedições conhecidas como Tropas de Resgate, onde um responsável pela tropa era nomeado pelo governo, que os prescrevia nos chamados registros, frequente modalidade de escravização indígena de forma legítima, que agregava num mesmo espaço culturas com identidades e tradições distintas. Após a ocupação das terras, a comercialização de escravos passou a ser responsabilidade do Estado, através da Fazenda Real, em contraponto, havia o apresamento clandestino, tipo de escravização mais efetuada na região Amazônica. Para impedir esta atividade as tropas de resgate aldeadas pelos missionários foram consideradas livres, chamado de “descimento”, os índios eram recrutados e aldeados pelos próprios missionários, que objetivavam o deslocamento destes povos junto aos estabelecimentos dos evangelizadores (GUERREIRO, 2008).

Em 1750, firmado pelo Tratado de Madri, foram feitas demarcações das possessões luso-espanholas na América, proporcionando o surgimento de um novo contorno das fronteiras e colocando como questão central a Amazônia, vítima do objetivo de povoação de todo seu espaço. Durante séculos os povos indígenas foram explorados de diversas formas para impedir que a região fosse dominada por espanhóis e holandeses, contudo, o comércio holandês possuía abrangência territorial e populacional, incluindo a população colonial. Os holandeses possuíam uma política indigenista de interesse comercial, traficavam e exploravam-nos nas áreas dos rios Branco e Orinoco para a colheita de drogas do sertão. Com a intenção de acabar com as interdições, anunciou-se Guerra Justa. A fim de aprisionar os índios aldeados, os holandeses enfrentaram as missões portuguesas, caracterizando um cenário que justificou essa guerra contra eles. O frei que atuava à frente no tráfico de escravos não restringiu seus negócios, utilizava o rio Negro e também o Rio Branco para vender e facilitar a articulação nas compras de escravos, e mantinha contatos comerciais com os holandeses da Guiana. Os indígenas, como

forma de defesa do seu território e integridade, atacavam frequentemente contra as doutrinas aplicadas pelos missionários e a Guerra Justa defensiva (Guerreiro, 2008).

Representando ameaça aos portugueses, em 1771 os espanhóis formaram dois aldeamentos indígenas, Santa Rosa e São João Batista de Caya-Caya. Diante disso, iniciou-se a construção do Forte São Joaquim pelos Portugueses, à margem do rio Tacutu, na tentativa de impedir a invasão de espanhóis e holandeses pelo referido rio, além do rio Uiraricoera e rio Branco, ocupando a posição estratégica deste último, agregando os indivíduos em aldeamentos de várias etnias em defesa do território, expandindo a ocupação para o Maranhão e Grão Pará. Uma das principais entradas para o interior da América do Sul, o rio Branco tornou-se um dos motivos que levou à construção de uma fortaleza às suas margens (Guerreiro, 2008). As tentativas de colonização foram cessadas no século XVIII, porém, o interesse estratégico na região do alto rio Branco somado à fisiografia da área não propiciar o extrativismo e a intenção de estabelecer aldeamentos indígenas e colônias militares para preservação do território, continuou presente, contudo, sem mais investimentos durante o século XIX (SANTILLI, 1989).

Desde 1842, a disputa fronteiriça entre Brasil e Inglaterra (que havia assumido algumas colônias da Holanda) tornou-se “neutralizada”, com um trato entre as partes, até que fosse definido o limite de suas fronteiras. A colonização do rio Branco deixou de ser questão de conquista militar e a partir de meados do século XIX, a ênfase recaiu sobre um novo fator de povoamento, a pecuária, que não foi empreendida por colonos civis, mas pelo governo que visava integrar a região do rio Branco ao mercado interno, atraindo e fixando mais colonos, desta forma firmaram-se as fazendas da Coroa, posteriormente chamadas de fazendas nacionais, um insucesso por parte dos governos imperial e provincial, em relação aos seus incentivos de povoamento da região. Mesmo com a Lei das Terras de 1850, que propunha o registro da posse em troca do reconhecimento legal do domínio particular, foram pouquíssimos os interessados de todo o vale do rio Branco. Somente a partir do fim do século XIX e início do XX, que a pecuária começa a se constituir em atividade marginal dentro da economia extrativista da Amazônia (SANTILLI, 1989).



No rio Branco esta prática ainda apresentava uma característica particular em relação a outras regiões do país: o gado era transportado pelo rio até o mercado, uma faixa de aproximadamente 600 quilômetros de hileia o separava das povoações mais próximas no rio Negro. Até fins do século XIX, foi uma atividade complementar ao extrativismo, e um meio de vida, antes de uma produção de bens voltada ao mercado. Em contrapartida, os atrativos para o estabelecimento de criatórios particulares eram proporcionais às distâncias a serem vencidas, desta forma, o patrimônio do Estado, constituído pelas três fazendas nacionais – São José, São Bento e São Marcos – em meados do século XIX, reduziu-se a apenas uma parte da fazenda São Marcos no início do século XX, o restante tornou-se objeto de ocupação de particulares, que se dava na mesma proporção do rebanho que cada criador conseguisse manter sob seu controle, esse era o título real de posse. Este status superior do fazendeiro não o distanciava necessariamente de seus vaqueiros, as relações que ligavam um ao outro no regime da sorte (contrato oral, onde o dono de um rebanho entrega um lote de seu gado para um vaqueiro que, em contrapartida, ganhava direito a uma de cada quatro crias nascidas durante um período combinado), tornavam-nos virtualmente iguais (SANTILLI, 1989).

A dispersão dos criatórios e o isolamento das unidades familiares contribuíram na definição das relações dos criadores com os índios, estabeleceram-se, então, as agências de contato no rio Branco, representadas pelo SPI e pela Missão Beneditina. Os vaqueiros subiram pelo curso dos rios e igarapés, ocupando os campos adjacentes, aumentando gradativamente o número de criatórios. Grande parte das terras das propriedades estatais, preservadas até o início do século XX em virtude de seu valor estratégico na disputa de fronteiras com a Guiana Inglesa, tornou-se objeto de ocupação particular. O crescimento de Boa Vista foi um indicador do avanço da ocupação pecuarista nos campos do rio Branco, na medida em que toda a sua população estaria exclusivamente voltada a atividades relacionadas à criação, à venda de gado para Manaus, e ao comércio de gêneros relativos às necessidades dos fazendeiros até meados do século XX. Desde então, com o surgimento dos garimpos na década de 30 e de novas funções administrativas a partir da criação do Território Federal de Roraima em 1944, ocorreu uma diversificação das atividades da população de Boa Vista, um empecilho

à expansão das propriedades particulares, não chegando a alterar o quadro mais geral da bacia do rio Branco (SANTILLI, 1989).

Em 1927 o general Cândido Mariano Rondon, comandante da Comissão de Limites, estimava em toda a região do rio Branco uma população de aproximadamente 18.000 habitantes, sendo 10.000 indígenas. A população de Boa vista foi avaliada em torno de 2.000 pessoas, até essa época a população não-indígena, esteve voltada quase que exclusivamente para a pecuária e atividades correlatas. Outra exceção, que até a década de 1930 envolveu poucas pessoas, foi o garimpo de ouro e diamante no alto rio Maú e alto rio Cotingo, região serrana no extremo norte do vale do rio Branco. Em meados da década de 30, entretanto, o garimpo atraía um contingente considerável de migrantes para a região serrana, vindos de outras áreas do rio Branco, como também de outras partes do país. Parte significativa do crescimento demográfico neste meio século se deu com o estabelecimento das fazendas na margem esquerda do rio Branco, no vale do Tacutu, e com aumento de habitantes em Boa vista. O perfil crescente da população não decorreu tão somente de movimentos migratórios, mas, sobretudo da inserção da população indígena na economia regional. Pode-se concluir, portanto, que as relações interétnicas se estabeleceram de forma bastante peculiar nesta localidade, enquanto que em outras regiões do país a expansão da pecuária se deu com a expulsão ou extinção da população indígena, no Rio Branco os criadores buscavam inicialmente a anuência dos índios, não por serem mais humanitários, pois a intimidação pela violência também foi largamente utilizada para expulsar índios e abrir caminho para o gado, mas nem sempre tal método foi possível ou encorajador para os criadores, que se encontravam dispersos diante de inúmeras aldeias indígenas espalhadas à sua volta. Ou seja, extermínio houve, sem dúvida, mas os fazendeiros investiram também no clientelismo (SANTILLI, 1989).

Por fim, após delineamento da fronteira com a Guiana Inglesa, em 1904, o projeto oficial para a região do rio Branco deixou de ser questão militar para tornar-se, acima de tudo, econômica. A colonização, em maior número, do território tradicional Macuxi ocorreu a partir das primeiras décadas do século XX. O início da expansão pecuarista nos campos do Rio Branco, em fins do século XIX, atingia mais diretamente as bordas deste território ao sul e a leste, área predominantemente

habitada pelos Wapixana, onde se encontravam algumas aldeias de população mesclada Macuxi-Wapixana. O ciclo se completou nas décadas de 40 e 50, com a consolidação da ocupação pecuarista e o refluxo do surto do garimpo nos anos 30, promovendo a exploração econômica da região montanhosa, ainda não atingida pelo gado, no extremo norte do território Macuxi. Além disso, outros fatores, tais como a criação do Território Federal de Roraima, subordinado ao Governo Federal, em meados da década de 40, a extinção da Missão Beneditina em 1947, e a decadência do SPI, encerraram esta etapa do processo colonizatório (SANTILLI, 1989).

### 3 TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL – TIRSS

A partir do relato deste período procurei introduzir como se deu a dinâmica de um espaço que, atualmente, ainda sofre com embates decorridos de relações com centenas de anos de histórias de poder sobre a terra. Como visto, as etnias indígenas presentes em Roraima foram essenciais para a demarcação de fronteiras coloniais, a Coroa Portuguesa os percebeu como instrumento em prol da colonização e de seus limites durante os impasses territoriais. Os grupos originários da região sofreram alterações em seu modo de vida por não-índios, no entanto, apesar dos percalços, muitos destes ainda apresentam ligação com a região – histórica, cultural, de identidade e estrutural – sujeitas à permanência em suas terras de origem, como é o caso das etnias presentes na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Figura 2: Área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.



Fonte: Página Online do jornal Folha de São Paulo.<sup>4</sup>

A TIRSS situa-se ao norte de Roraima, junto à fronteira tríplice Brasil-Venezuela-Guiana, com 1,74 milhões de hectares, abriga aproximadamente 19 mil

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u476956.shtml>.

indígenas, em 194 comunidades de cinco etnias: Tuarepang, Macuxi, Wapixana, Ingaricó e Patamona. Seu processo de demarcação teve início em 1977 e foi “concluído” somente em 2005, evidenciando a complexidade das disputas por terras, que desencadeia divergências, ações judiciais, além de questionamentos sobre os direitos destes povos por agentes interessados em outras formas de exploração da região. Um contexto que propiciou a ocupação da área por não-indígenas e o desrespeito aos direitos originários. Este caso chegou ao Superior Tribunal Federal (STF) com a solução dependente da interpretação dos Ministros em relação aos direitos indígenas, o que evidencia a dificuldade entre as garantias constitucionais e a efetivação dos direitos indígenas no Brasil. A proteção das terras indígenas enfrenta inúmeros desafios históricos, que são evidenciados no caso da demarcação da Terra indígena Raposa Serra do Sol, afetada também por outros impasses resultantes do próprio arcabouço jurídico-institucional vigente no país (MOTA e GALAFASSI).

#### **4 SÍNTESE DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA TIRSS**

Esse processo demarcatório estendeu-se durante algumas décadas, teve início em 1977, mas sua área foi formalmente identificada pela Funai em 1993, favorável à demarcação contínua de 1,678 milhão de hectares. Em 1996, diante de controvérsias criadas, o Decreto federal 1775 permitiu a reabertura do prazo para manifestação de interessados no processo administrativo de demarcação, ampliando o número de agentes legitimados a isto, e indicou títulos dominiais como prova para requerer indenização ou demonstrar vícios do relatório. Neste período foram apresentadas contestações pelos governos do Município de Normandia e do Estado de Roraima contra a área atribuída à terra indígena. O Estado de Roraima contestou a nulidade do processo alegando, a incompetência jurídica da Funai para realizar a demarcação de terras pertencentes à União; e que a demarcação deveria restringir-se aos poucos adensamentos de índios isolados, o que determinaria uma demarcação descontínua, em “ilhas”, com as terras remanescentes (devolutas) devendo ser transferidas à particulares, prevalecendo a posse ou títulos dominiais. O Município de Normandia ressaltou ainda, o interesse municipal na ocupação privada das terras em razão das receitas tributárias geradas pelas atividades produtivas, bem como por estimularem o desenvolvimento econômico e social da região. Estes argumentos foram considerados improcedentes pela Funai e, depois de um período de quase um ano, o Ministro da Justiça fez constar sua decisão do Despacho 080/96 à continuidade do processo referente à demarcação da TIRSS com a delimitação de forma contínua. Contudo, o Ministro Nelson Jobim considerou necessários alguns ajustes na proposta de demarcação apresentada pela FUNAI, uma medida de “conciliação de interesses concorrentes”, como a manutenção de áreas de ocupação pública nos municípios e vilas; livre circulação de pessoas e veículos em estradas e vias públicas, garantindo o “interesse público”; legitimação dos títulos de propriedade concedidos pelo Incra sobre áreas excluídas, pela Funai, da terra indígena; considerou ainda sua localização como dupla afetação dos Bens da União – já que em área de fronteira e em área destinada a parque nacional – com sobreposição de regimes jurídicos (MOTA e GALAFASSI).

O Despacho nº 080/96 estabeleceu, então, em relação à demarcação anteriormente proposta, a exclusão das propriedades privadas tituladas pelo Incra a partir de 1982; a exclusão da sede municipal do recém-criado município de Uiramutã

e de quatro vilas da área da terra indígena; e a vedação do uso exclusivo pelos indígenas dos bens públicos existentes dentro da área delimitada. Sobre o referido ato alegaram-se inconsistências jurídicas, por considerar válidos os títulos concedidos a particulares pelo Incra, como indícios de ocupação, “provas” contra a ocupação tradicional indígena; considerar terras devolutas válidas para a comprovação de direitos de particulares sobre terras; e o “interesse público” em preservar núcleos populacionais não indígenas ou em resguardar “situações jurídicas já consolidadas”; considerados uma afronta aos princípios constitucionais. Em 1998, o Ministro decidiu pela publicação da Portaria 820, declarando a TI como posse permanente dos povos indígenas, com extensão contínua de 1,67 milhão de hectares, excluindo da terra apenas as instalações relativas ao 6º pelotão especial de fronteiras e a sede do município de Uiramutã, o que já permitiria o início dos trabalhos de demarcação física da área. No entanto, os efeitos desta portaria foram temporariamente suspensos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no âmbito de mandado de segurança, possibilitando a manutenção dos núcleos urbanos existentes dentro da área indígena. Em 2002, o mesmo Tribunal, ao julgar o mérito da ação, julgou improcedente o pedido do Estado de Roraima. Diante disso, nova ação foi proposta junto à Justiça Federal, que decidiu novamente pela suspensão da demarcação nas áreas onde existissem núcleos urbanos e na faixa de fronteira do país (MOTA e GALAFASSI).

No governo seguinte houve a continuidade do processo demarcatório e das tentativas de retirada dos ocupantes não-indígenas da região. Foi então, assinado a Portaria 534/05, declarando a posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona sobre a TIRSS, com 1,74 milhão de hectares. A Portaria estabeleceu que a terra indígena situada em área de fronteira fica submetida ao disposto no art. 20, §2º, da Constituição Federal (CF); que dela ficam excluídas a área do 6º pelotão especial de fronteira, os equipamentos e instalações públicas estaduais e federais já existentes, o núcleo urbano existente na sede do município de Uiramutã, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos de rodovias públicas estaduais e federais já existentes; ficou proibido o ingresso, trânsito e permanência de pessoas ou grupos não-indígenas dentro de perímetro especificado, exceto autoridade federal; e o Parque Nacional Monte Roraima, criado em 1989, ficou submetido à gestão compartilhada, a regime jurídico de dupla afetação. Na mesma data, o Presidente assinou o decreto homologando a

demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e estabelecendo que o Parque Nacional Monte Roraima seria administrado em conjunto pela Funai, Ibama e comunidade indígena Ingarikó. Ficou assegurado também, nos termos do Decreto federal nº 4.412/02, o ingresso das Forças Armadas e da Polícia Federal no território, para garantir a defesa e ordem pública e proteger os direitos constitucionais dos índios. A Funai determinou então a criação de uma comissão técnica para dar continuidade aos procedimentos de indenização pelas benfeitorias e o Incra assumiu o reassentamento de ocupantes não-indígenas (MOTA e GALAFASSI).

Em maio de 2005, apenas alguns dias após a homologação, o Senador da República Affonso Botelho Neto, por intermédio da Ação Popular 3388, requereu a contestação da Portaria 534/05, argumentando que a referida Portaria, substitutiva da 820/98, apresenta os mesmos vícios materiais desta. Contudo, o julgamento do feito teve início apenas em agosto de 2008 (INFORMATIVO STF). Antes disso, em 2007, o STF determinou a desocupação da TIRSS por parte dos não-índios, gerando embates entre estes e os índios, então, líderes indígenas e representantes do governo federal assinaram uma carta-compromisso para evitar conflitos na região. No final de 2007, os rizicultores pediram ao Ministro da Justiça que esperasse a colheita da safra do arroz para deixarem a terra indígena; todavia, após a safra, os arrozeiros não se retiraram e ainda deram início a uma nova plantação, e é neste cenário que o Incra deu início ao reassentamento dos não-índios da Reserva. Em 2008, com as tensões acirradas na terra indígena, o Procurador Geral da República encaminhou uma recomendação ao Presidente e ao Ministro da Justiça afim de que promovessem, com a máxima urgência, a imediata retirada dos ocupantes não-indígenas da área homologada. No entanto, em abril de 2008 o STF suspendeu, por unanimidade com efeitos até o julgamento da ação popular, todas as operações de retirada da Reserva Raposa Serra do Sol, impedindo a Polícia Federal de dar continuidade à Operação Upakaton 3 – nome dado à retirada dos não-índios da área da Reserva (ARIOSI, 2008).

Finalmente em agosto de 2008, o primeiro voto na Ação Popular 3388, proferido pelo ministro Ayres Britto, abriu uma nova história dentro do STF. O ministro foi a favor da legalidade da Portaria nº 534/05, ou seja, a demarcação contínua, colocando que “a mutilação, com demarcação tipo queijo suíço,



fragmentada, inviabiliza os desígnios da Constituição", fazendo emergir um grande debate sobre o tema entre os outros ministros. Enfim, em dezembro de 2008, o STF define o caso decidindo pela legalidade da Portaria 534, conseqüentemente, pela demarcação de forma contínua, mas impõe algumas restrições, colocadas pelo ministro Menezes Direito que estabeleceu condições a serem observadas (ARIOSI, 2008). Diante das ressalvas, o Ministro Carlos Britto reajustou o seu voto para adotar as observações constantes do Ministro Menezes. O julgamento restou suspenso face um pedido de vista do ministro Marco Aurélio. Com a inclusão do feito em pauta, a União e a Funai apresentam o memorial complementar, debatendo, pontualmente, as condições apresentadas em Plenário e acatadas pelo Ministro Relator (AGU, 2009). Em 19 de março de 2009, Por 10 votos a 1 o STF julgou parcialmente procedente o pedido formulado em ação popular, ajuizada pelo Senador da República contra a União. Quanto ao mérito, prevaleceu o voto do Ministro Carlos Britto, além disso, o Tribunal aprovou 18 condições proposta pelo Ministro Menezes Direito e uma 19ª proposta pelo Ministro Gilmar Mendes, para tornar legal a demarcação contínua da terra indígena (SANTOS, 2009).

## **5 LEVANTAMENTO DOS CONFLITOS SEGUINDO ORDEM DO PROCESSO**

A deliberação final do processo demarcatório foi visivelmente favorável aos povos indígenas, com o ato da homologação da Terra indígena Raposa Serra do Sol, e posteriormente com a resposta positiva à Ação Popular 3388. No entanto, demonstram certo recuo em relação aos direitos destes povos, tanto no decorrer do processo, quanto no fim, com as disposições das salvaguardas. Por isso, aponto a seguir os equívocos encontrados:

### **5.1 TEMPO DE DEMARCAÇÃO**

Esse processo demarcatório durou algumas décadas, mesmo com a Constituição dispondo que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos” a partir da promulgação da CF. A União não cumpriu este mandamento e é o Ministério Público Federal que, atualmente, tem trabalhado na efetivação desse direito. O atraso do processo foi resultado, dentre outras coisas, de uma estratégia do Estado afetado, que possuía interesses contrários ao cumprimento da lei, e encontrava-se na dependência de deliberações econômica e politicamente desinteressantes a ele.

### **5.2 DECRETO FEDERAL 1775/96**

Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e permite a apresentação de títulos dominiais a fim de pleitear indenização ou demonstrar vícios do relatório. O problema é que ao considerar estes títulos como prova de ocupação legítima, desconsidera os “direitos originários” dos índios, descritos na Constituição, e cria possibilidades de indenização em decorrência da demarcação de terras, ignorando que a Constituição pressupõe essa hipótese somente em caso de “benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé”.

### **5.3 CONTESTAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA**

Questiona que a demarcação deveria restringir-se aos poucos adensamentos de índios isolados. Essa intenção determinaria uma demarcação descontínua, em “ilhas”, formando lacunas (terras devolutas) entre as terras efetivamente ocupadas, que seriam transferidas a particulares, prevalecendo a posse ou títulos dominiais, inviabilizando os imperativos constitucionais que não dão margem à demarcação que comprometa o direito dos índios de usufruírem plenamente das suas terras,

além de facilitar a ocupação irregular das terras remanescentes por parte dos não índios.

#### 5.4. CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O Município de Normandia salientou o interesse municipal na ocupação privada das terras em razão das receitas tributárias geradas pelas atividades produtivas, bem como por estimularem o desenvolvimento econômico e social da região. A questão é que o município de Normandia, mais antigo dos três em questão, foi criado em 1982, após o início dos estudos demarcatórios da TIRSS, que tiveram início em 1977; e Pacairama e Uiramutã foram criados em 1995, dois anos após a identificação formal da terra indígena pela Funai (MOTA E GALAFASSI).

A criação de municípios tem suas diretrizes gerais traçadas na Constituição, com quatro fases no procedimento de criação, uma delas é o plebiscito, requisitado por pelo menos um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado, duas casas onde a proposta é votada. A pergunta é: as duas casas não deveriam estar cientes dos desdobramentos do Estado de Roraima sobre a demarcação da TIRSS, antes de ousar pensar em algo novo para este Estado-membro? Se estivessem saberiam que a área estava sob estudos para demarcação de terra indígena, ato que apenas reconhece a área e não a constitui, pois, o que constitui o direito sobre a terra é a presença indígena e a atuação tradicional vinculada a terra, como diz a própria constituição, ou seja, saberiam que apesar da terra pertencer a União, a posse indígena independe da demarcação. Quer dizer, deveriam estar cientes dos direitos dos índios, fortemente presentes na área em questão. Além de inconstitucional, este fato ocasionou graves tensões dentro da área e foi entendido como reação à demarcação.

#### 5.5 DESPACHO 080/96

Exclui da área indígena dez propriedades privadas tituladas pelo Incra a partir de 1982, mais a fazenda Guanabara; exclui a sede municipal de Uiramutã e mais quatro vilas; veda o uso exclusivamente indígena dos bens públicos da área delimitada. O Ministro da Justiça decidiu pela continuidade do processo demarcatório da TIRSS, constando que a delimitação contínua seria a correta. Já o Ministro Nelson Jobim considerou necessários alguns ajustes na proposta de demarcação apresentada pela Funai, uma medida de “conciliação de interesses

concorrentes”, como a manutenção de áreas de ocupação pública nos municípios e vilas; livre circulação de pessoas e veículos em estradas e vias públicas, garantindo o “interesse público”; considerar legítimos os títulos de propriedade concedidos pelo Incra sobre áreas excluídas pela Funai da terra indígena; considerou a localização da TI como de dupla afetação dos Bens da União, área de fronteira e de Parque Nacional, com sobreposição de regimes jurídicos (MOTA e GALAFASSI).

Com este despacho o Ministro da Justiça reconhece as propriedades privadas como parte dos limites da terra indígena, e que estas podem ser dispensáveis à ocupação tradicional já que invadidas (e tituladas em 1982), ou seja, dá poder à invasão de extinguir a imprescindibilidade à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar indígena, configurando uma demarcação em “ilhas”. Ao conferir legitimidade aos títulos expedidos pelo Incra em 1982, admite-os como indícios de ocupação, e considera partes da TI como devolutas, válidas para a comprovação de direitos de particulares sobre as terras. O Ministro erra quando tenta colocar o direito adquirido sobre a nulidade, extinção e falta de efeitos jurídicos sobre atos de ocupação, domínio e posse das TI's, advindos do instituto do indigenato (direito originário), previsto na Constituição. A única ressalva prevista seria a ocorrência de relevante interesse público da União, mas a titulação pelo Incra, com base em uma falha da Funai em 1981 (que excluiu tais terras da proposta de demarcação), posteriormente corrigida, de nenhum modo caracteriza este relevante interesse. Após a falha, por dever ético e constitucional a Administração Federal deveria resguardar essas terras, ou seja, demarcá-las e não fazer agrados com medidas de “conciliação de interesses concorrentes”, que exprimiram anuência do Estado às invasões e ocupações ilegais. O ministro do STF sugeriu à Administração Federal, “providências acautelatórias” sobre os “civilizados” de pleno direito sobre as propriedades que lá possuem, já que muitos as herdaram, o Ministro da Justiça decidiu então, excluir dos limites da demarcação, as vilas e a sede municipal de Uiramutã, preservando-as em “atenção ao fato social consolidado e em respeito ao próprio interesse público” (LACERDA, 2004).

A “cautela” com os direitos de terceiros em terras indígenas significou um aval para a redução dos limites da área em prol dos invasores, o problema é que esses direitos inexistem em terras de ocupação tradicional indígena, violando a cláusula constitucional da indisponibilidade das terras. Os direitos que cabem a terceiros são,

somente, a “indenização de benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé” e o reassentamento, conforme dispõe o próprio Dec. 1.775/96. Ao decidir “em atenção ao fato social consolidado” e “em respeito ao interesse público”, que não se caracteriza como sendo da União, nem de relevância, o Ministro agiu em completo desprezo constitucional, contra a proteção do patrimônio público federal e dos direitos originários. As vilas preservadas pelo Ministro no interior da TIRSS, significaram, também, a consolidação das invasões e o consentimento do desenvolvimento de focos permanentes de conflitos futuros. Além do mais, a rápida menção ao “interesse público”, assegurando “a livre circulação de pessoas e veículos” nas vias públicas dentro da TI, à exceção da BR-202 que liga à sede do Município de Normandia, consiste todas em estradas estaduais, utilizadas principalmente para o trânsito de garimpeiros ilegais no interior da área. Violação, mais uma vez, contra a indisponibilidade das terras indígenas, e a ressalva do “relevante interesse público da União” (LACERDA, 2004).

## 5.6 PORTARIA 820/98

O Ministro da Justiça decidiu pela publicação dessa Portaria para declarar a TI como posse permanente dos povos indígenas, com extensão contínua de 1,67 milhão de hectares, excluindo da terra apenas as instalações relativas ao 6º pelotão especial de fronteiras e a sede do município de Uiramutã, o que já permitiria o início dos trabalhos de demarcação física da área. Contudo, o Governo de Roraima entrou com uma ação e o STJ suspendeu os efeitos dessa Portaria, propiciando a manutenção dos núcleos urbanos existentes dentro da área indígena. Esse obstáculo foi derrubado em 2002, o mesmo Tribunal rejeitou a ação contra a Portaria, possibilitando a conclusão da demarcação, porém a ordem acabou sem a homologação da terra indígena pelo presidente da época. Em 1999, nova ação foi proposta junto à Justiça Federal com pedido de liminar contra a demarcação, que somente em 2004, diante de “fatos novos” no processo, foi deferida em parte, suspendendo os efeitos da Portaria quanto aos núcleos urbanos e às instalações e vias públicas. Decidiu-se pela suspensão da demarcação nas áreas onde existissem núcleos urbanos e na faixa de fronteira do país, retirada dos índios das áreas excluídas pela decisão judicial e a reintegração dos fazendeiros na posse da terra demarcada. Em suma, só pelo fato da Portaria integrar às áreas indígenas terras

que não atendem aos requisitos do artigo 231 da Constituição Federal, de “reconhecer aos índios (...) as terras que tradicionalmente ocupam (...) proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, é considerada, também, inconstitucional.

## 5.7 PORTARIA 534/05 E DECRETO HOMOLOGATÓRIO

No governo seguinte houve a continuidade do processo demarcatório e das tentativas de retirada dos ocupantes não-indígenas da região. Foi então, assinada a Portaria com os termos da demarcação, declarando a posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona sobre a TIRSS, com 1,74 milhão de hectares. A Portaria estabeleceu que a TI situada em área de fronteira fica submetida ao disposto no art. 20, §2º, da CF – “faixa de até 150 km fundamental para defesa do território nacional” –; que ficam excluídas da TI a área do 6º pelotão especial de fronteira, os equipamentos e instalações públicas estaduais e federais já existentes, o núcleo urbano existente na sede do município de Uiramutã, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos de rodovias públicas estaduais e federais já existentes; ficou proibido o ingresso, trânsito e permanência de pessoas ou grupos não-indígenas dentro de perímetro especificado, exceto autoridade federal; e o Parque Nacional Monte Roraima, criado em 1989, ficou submetido à gestão compartilhada, submetido ao regime jurídico de dupla afetação. O ato extinguiu todas as ações judiciais que contestavam a demarcação com base na Portaria anterior.

Na mesma data, o Presidente assinou decreto homologatório da demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e estabeleceu que o Parque Nacional Monte Roraima seria administrado em conjunto pela Funai, Ibama e comunidade indígena Ingarikó, desconsiderando as outras etnias; determinou que ficaria assegurado, nos termos do Decreto federal 4.412/02, o ingresso das Forças Armadas e da Polícia Federal no território, para garantir a defesa e ordem pública e proteger os direitos constitucionais dos índios. Desta forma, contornados alguns impasses jurídicos, a Funai determinou a criação de uma comissão técnica para dar continuidade aos procedimentos de indenização pelas benfeitorias e o Incra assumiu o reassentamento de ocupantes não indígenas.

Posteriormente, o Decreto 4.412/02 foi alterado pelo de nº 6.513 em 2008, que disciplina a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas e prevê o acesso de militares e policiais, além da implantação de

programas e projetos de controle e proteção da fronteira; determina ao Ministério da Defesa a obrigatoriedade da criação de unidades militares em todas as terras indígenas situadas em área de fronteira. O fato é que tanto um como outro, são inconstitucionais, por exporem os povos indígenas ao risco de serem vítimas de sérias violações de Direitos Humanos, e impedir o diálogo sobre questões relevância para o país e para eles, como é a questão da atuação das Forças Armadas. Há uma barreira sobre os indígenas como se atentassem contra a soberania nacional, como se não residissem nesse país e não ligassem para a segurança e preservação de suas próprias terras (AGU, 2008).

## 5.8 DIRETRIZES DO STF

O STF julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação popular 3388, desta forma, declarou a constitucionalidade da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e de seus respectivo procedimento administrativo-demarcatório, desde que observadas 19 condições ou salvaguardas institucionais, inseridas na parte dispositiva da decisão (CIMI, 2012).

1. O usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas pode ser relativizado sempre que houver como dispõe o artigo 231 (parágrafo 6º, da CF) relevante interesse público da União na forma de Lei Complementar;
2. O usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre da autorização do Congresso Nacional;
3. O usufruto dos índios não abrange a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional, assegurando aos índios participação nos resultados da lavra, na forma da lei;
4. O usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, devendo se for o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira;
5. O usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas e à FUNAI;
6. A atuação das Forças Armadas da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à FUNAI;
7. O usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e de educação;

8. O usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do ICMBio;
9. O ICMBio responderá pela administração da área de unidade de conservação, também afetada pela terra indígena, com a participação das comunidades indígenas da área, que deverão ser ouvidas, levando em conta os usos, as tradições e costumes dos indígenas, podendo, para tanto, contar com a consultoria da FUNAI;
10. O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo ICMBio;
11. Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;
12. O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas;
13. A cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público que tenham sido excluídos expressamente da homologação ou não;
14. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico, que restrinja o pleno exercício do usufruto pela comunidade jurídica ou pelos silvícolas;
15. É vedada, nas terras indígenas, a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa;
16. As terras de ocupação indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto no artigo 49, XVI, e 231, parágrafo 3º, da Constituição da República, bem como a renda indígena, gozam de plena isenção tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos taxas ou contribuições sobre uns e outros;
17. É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada;
18. Os direitos dos índios relacionados as suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis;
19. É assegurada a efetiva participação dos entes federativos em todas as etapas do processo de demarcação.

De todos os itens, consideram-se os de número 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10,11 e 17, os mais controvertidos diante do direito indígena. Desta forma, no sentido de apontar os equívocos, comento acerca de cada um abaixo:

A salvaguarda nº 1 confere preferência ao interesse econômico da União sobre os direitos indígenas, já que o usufruto titularizado aos índios pode ser destituído por lei complementar. Somada ao nº 2 e 3, desprezam a tutela dos direitos indígenas, de uma minoria dependente da vontade política da maioria. Fica clara a violação – com exceção, em partes, da terceira condição – ao art. 15. 2 da Convenção 169 da OIT, que estabelece:



“Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades”.

As condições nº 5 e 6 conferem preferência absoluta à política de defesa nacional, em detrimento dos direitos indígenas. Tornam a tutela dos direitos indígenas dependente de leituras sobre segurança nacional, realizadas por órgãos vinculados às Forças Armadas que pelo seu perfil institucional tenderão muitas vezes a supervalorizar riscos e ameaças, em detrimento dos interesses constitucionalmente protegidos das comunidades indígenas. Não bastasse a primazia incondicionada à política de defesa nacional, elas excluem o direito dos povos indígenas de serem ouvidos antes da adoção de decisões que lhes afetem (Memorial MPF), ofendendo claramente o art. 6º da Convenção nº 169 da OIT que dispõe:

“Na aplicação das disposições da presente convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem; c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim. 2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado”.

Nestas condições o Estado dá margem ao autoritarismo e viola o direito, retirando dos indígenas a decisão sobre a sua própria casa, sua terra, fato que qualquer um tem direito, mas que a estes povos é negado.

Na salvaguarda nº 7, novamente a primazia absoluta de interesses sobre os direitos fundamentais das comunidades étnicas, detentoras de direitos originários sobre as áreas em questão, já que estes empreendimentos podem, muitas vezes, gerar efeitos nefastos sobre a vida das comunidades, afetando a sua cultura e tradições e comprometendo o seu modo de vida. Não se prevê sequer a

necessidade de prévia consulta às comunidades indígenas, em ostensiva ofensa, novamente, ao art. 6º da Convenção nº 169 da OIT (SOUZA, 2009).

Nos casos nº 8 e 9 considere o seguinte: novos elementos passam a integrar e a intervir no contexto global do país e, conseqüentemente, da Região. As Unidades de Conservação, as terras indígenas e as territorialidades manifestadas por novos atores sociais, são tendências territoriais, de um novo planejamento que apresenta divergências e conflitos. Estes dois tipos de territórios são o sustentáculo territorial da proteção na Amazônia, embora incomparáveis entre si, representam a proteção e a garantia da preservação de um gigantesco patrimônio biológico. Políticas ambientais conservacionistas somam-se aos territórios indígenas demarcados como mais um elemento importante na manutenção das condições naturais e ecossistêmicas amazônicas. Terras indígenas não são áreas de preservação ambiental, mas como território coletivo indivisível, podem bloquear a fragmentação fundiária e, conseqüentemente, os impactos nocivos do uso da terra. Ambos servem como elementos vitais para a proteção do patrimônio ambiental amazônico sendo, portanto, inscritos no campo das políticas territoriais de proteção. As unidades de conservação representam também um bloqueio à fragmentação territorial e cumprem a função de proteção ambiental, embora possam ter parâmetros e usos diferenciados. As políticas ambientais transformaram-se, em seu início estiveram fundamentadas no controle ambiental e de proteção de áreas e, no final dos anos 1990, passaram à difusão de instrumentos de ordenamento territorial, bastante conhecidos nas esferas de planejamento. Essa solução ao ordenamento do desenvolvimento, sobretudo o amazônico, foi além de suas próprias capacidades, mas ainda hoje provoca divergências (MELLO, 2003).

No caso Raposa Serra do Sol, pode ocorrer uma tendência natural de que o administrador da unidade de conservação, até pela sua posição institucional, ponha em primeiro plano a tutela ambiental, em detrimento do direito das comunidades indígenas. O caráter meramente opinativo da participação dos indígenas na administração da unidade de conservação, a propósito, não se compatibiliza com o disposto no art. 15 da Convenção 169 da OIT, que dita que essas comunidades teriam o direito de participar da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados. Uma desarmonia desnecessária entre dois relevantíssimos direitos

fundamentais, que deve ser resolvida pela via da ponderação e do princípio da proporcionalidade, e não sujeitar um ao outro.

As condições nº 10 e 11 disciplinam o trânsito de não-índios sobre terras indígenas sem conceder espaço para que as comunidades étnicas decidam a respeito. No caso de unidades de conservação, a decisão cabe ao ICMBio e, fora disso, à FUNAI. Não se prevê nem mesmo a necessidade de oitiva das populações indígenas afetadas, para definição do regime de ingresso de não-índios às suas terras. Este regime ofende o direito indígena na Constituição, que envolve a superação do modelo da tutela, em que os indígenas e suas comunidades eram tratados como incapazes e privados de autodeterminação individual e coletiva. Viola-se, ainda, o arts. 6. 1, “a”, 7. 1 e 18 da Convenção nº 169 da OIT (SOUZA, 2009).

De todas as condições estabelecidas, a de nº 17 talvez seja a mais prejudicial aos direitos das comunidades indígenas. Se, em matéria de direitos fundamentais, fala-se hoje em princípio da proibição ao retrocesso social, a condição sob análise instituiu uma espécie de “proibição do avanço” em matéria de proteção do direito das populações indígenas às suas terras. O fato é que, muitas vezes as demarcações têm erros ou vícios, que podem prejudicar as populações indígenas. A condição, da forma como está redigida, impediria a correção destes vícios, sempre que dela resultasse ampliação de terras indígenas. Mas não é só. A realidade das comunidades indígenas não é estática no tempo, mas dinâmica. Se o objetivo da constituinte foi o de assegurar às populações indígenas não apenas as terras habitadas por eles de forma permanente, como também as “imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos e costumes e tradições”, é certo que mudanças sociais podem eventualmente ensejar a necessidade de ampliação das suas áreas, para que o objetivo constitucional seja logrado (SOUZA, 2009).

Portanto, é uma impropriedade jurídica falar em ampliação, tendo em vista que a terra indígena é aquela definida como tal sob os parâmetros dados pelo § 1º do art. 231 da Constituição de 1988. Algumas terras indígenas são muito antigas, anteriores a atual constituição, que possui uma nova consciência para a demarcação dessas terras, no entanto, isso não exige que essas terras antigas não sejam

revistas e readequadas aos novos parâmetros. Não se pode falar então de ampliação, de diminuição ou de retificação em seus limites, mas de demarcação de acordo com o estabelecido constitucionalmente (YAMADA e VILLARES, 2010).

A partir do exposto acerca dos erros cometidos sobre as cinco etnias da TIRSS, fica clara a impropriedade das deliberações finais desse processo demarcatório. Como se não bastasse, no ano de 2012 a Advocacia-Geral da União (AGU) expediu a Portaria nº 303, fixando a interpretação das salvaguardas às terras indígenas, ou seja, visando uniformizar a atuação dos advogados e promotores públicos frente aos processos judiciais que envolverem a demarcação de terras indígenas de todo o país. O problema é que anos após de o STF aprovar a manutenção da demarcação da TIRSS em terras contínuas, as 19 condições estabelecidas em 2009 ainda podem ser modificadas ou parcialmente anuladas, fato que, torna precipitada a portaria 303 da AGU. Quer dizer, esse processo ainda não foi concluído (ao contrário do que chegaram a dizer algumas organizações não governamentais), pois é alvo de ao menos seis pedidos de esclarecimentos, os chamados embargos declaratórios, recursos rotineiros que serve para tirar dúvidas, por qualquer uma das partes interessadas no processo – que questiona dentre outras coisas, a violação dos direitos indígenas pelas condicionantes. Esclarecidas as dúvidas pontuais, a decisão judicial é mantida em sua essência e, se necessário, pequenos ajustes são feitos, esclarecendo os pontos obscuros (FOLHA DO INTERIOR, 2012).

Em julho de 2012, organizações indígenas do Estado de Roraima, manifestaram extremo repúdio à Portaria 303/2012 e à 308/2012 (que posterga os futuros abusos e imposições estabelecidos pela portaria 303) da AGU, e solicitaram a revogação das portarias com a justificativa de que a AGU deve cumprir o papel de defender os direitos indígenas para reverter as condicionantes negativas estabelecidas na Ação 3388 para a TIRSS, e não validar, impondo a sua aplicação e orientação institucional equivocada; colocaram ainda que é contraditório o compromisso do país de respeito aos povos Indígena, já que a Portaria 303 ameaça o estado de direito ao impor novas regras e interpretações de forma negativa e discriminatória sobre os direitos constitucionais indígenas, inclusive sobre os direitos originários às terras indígenas. Ademais, a Portaria 308 apenas posterga os efeitos, sendo que é necessária sua revogação por completo. As organizações consideram a

Portaria 303 e 308 da AGU um retrocesso ao reconhecimento dos direitos indígenas, pois colocam em risco vida desses povos (CIR, *et al.*).

Em maio de 2013, a ministra da Casa Civil cobrou uma decisão do STF sobre as regras a serem usadas para demarcação de terras indígenas no país. Colocou que a Corte precisa posicionar-se sobre os recursos contra a ação que estabeleceu 19 condicionantes para o estabelecimento da TIRSS em Roraima, antes do governo adotar qualquer mudança. Por isso, a AGU suspendeu a portaria que estendia para todos os processos as mesmas regras da reserva. O advogado-geral da União explicou que a portaria foi suspensa no intuito de aguardar uma decisão do Supremo sobre o assunto. Parlamentares ruralistas defenderam, porém, que o governo reeditasse a portaria (FATO REAL, 2013). A questão é que, o processo da TIRSS não foi julgado como matéria de repercussão geral, desta forma, as condicionantes aplicam-se apenas a este caso (RODRIGUES, 2013).

## 6 E O DIREITO INDÍGENA?

“Durante a colônia, a expansão territorial européia reconheceu a existência de povos diferenciados, contra eles declarou guerra, exerceu escravidão, e legislou no sentido de integrar os indivíduos indígenas que capitulassem às propostas dos colonizadores (...). Os estados nacionais elaboraram com ênfase maior ainda o discurso da integração de todas as pessoas como cidadãos. Em nome de um falacioso direito natural de adquirir direitos esqueceu, e pediu que todos esquecessem, a existência de povos. Não só os indígenas, mas todos os pobres e não-proprietários foram marcados no estado nacional por uma exclusão de direitos que sempre foi apresentada como o direito a adquirir cidadania (...), todos tem direitos iguais desde que os adquira segundo as regras legais, e a aquisição haveria de ser por via patrimonial. Nesta linguagem hermética, todos queria dizer cada um, cada pessoa, cada titular de direitos, deixando de fora os coletivos, as comunidades, os grupos, as corporações, os povos” (MARÉS, 1999: p. 1).

De um jeito equivocado alguns preceitos foram postos, mas o direito indígena brasileiro, de fato, consolidou-se somente no fim do século XX. No entanto, o indigenato já havia sido evidenciado pelo Alvará de 1º de abril de 1680, instituindo uma proteção que só ganhou respaldo com a Constituição de 1934, que respeitou a “posse de terra de silvícolas que se acham permanentemente localizados”. A mesma decisão foi mantida nas constituições de 37 e 46, e em 1967 ganhou importante acréscimo estabelecendo as “terras ocupadas pelos silvícolas” dentre os bens da União, observando um regime jurídico específico, sem poder alienar ou dispor das terras. Além disso, ficou assegurado aos indígenas o usufruto exclusivo dos recursos e de todas as utilidades existentes em suas terras. A constituição de 1969 acrescentou a “nulidade e extinção dos feitos jurídicos de qualquer natureza que tivessem por objeto ou domínio a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas”, sem direito a indenização. Em 1973, o Estatuto do Índio, lei nº 6001, reforçou a situação jurídica indígena, estabelecendo que a demarcação das terras seria feita por iniciativa da Funai e por fases, deixando claro que o procedimento demarcatório não cria o direito às terras, já que este é congênito, contudo, é um meio que contribui ao reconhecimento do direito destes povos, lhes dando prioridade no processo.

A promulgação da constituição de 1988 revelou-se um importante avanço nesta questão:

“rompeu paradigmas em duas vertentes extraordinariamente importantes: a primeira, válida para todo o direito, construiu a possibilidade do reconhecimento de direitos coletivos, como os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o direito ao patrimônio cultural, e outros chamados interesses difusos (...); a segunda vertente, em relação a povos indígenas (...), rompeu com o princípio que regeu toda a política indigenista

dos quinhentos anos de contato, a integração. A partir de 1988, portanto, o direito brasileiro constituído passou a reconhecer o direito dos indígenas de continuarem a ser índios sem a necessidade de integração na sociedade nacional e lhes reconhece titularidade de direitos coletivos” (Marés, 1999: p. 2).

Figura 3: Em 1988, índios de várias etnias comemoram, em Brasília, o final da votação do capítulo que lhes diz respeito, no primeiro turno.



Fonte: Página online do ISA - Instituto Socioambiental, foto por Beto Ricardo.<sup>5</sup>

Passou a competência da União “legislar sobre populações indígenas”, admitindo, desta forma, a diversidade cultural brasileira. Um capítulo com significativas determinações foi destinado aos índios, junto do reconhecimento dos “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, com o termo “tradicionalmente” remetendo a um modo tradicional de ocupação e não a um parâmetro temporal. A constituição reconhece também, o direito à posse permanente das terras e do usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nela existentes; determina como nulas as intenções de ocupação, domínio e posse das terras indígenas ou a exploração das riquezas naturais que possam ser extraídas delas, ressalvado relevante interesse da União. Legitima os índios ao ingresso em juízo para defesa de seus direitos e interesses, e determina o prazo de cinco anos para a conclusão da demarcação das terras indígenas pela União.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/henrique-alves-engana-os-indios-e-aprova-urgencia-para-projeto-que-submete-demarcacoes-de-terras-aos-interesses-dos-grandes>

A nova constituição propiciou o debate sobre a necessidade de reformular o Estatuto do Índio de 1973, que tem suas bases assentadas sobre a noção de tutela e assimilação dos índios à comunhão nacional, no entanto, uma proposta que adotaria um perfil avançado no tratamento de temas como capacidade civil dos índios, proteção aos conhecimentos tradicionais e demarcação de terras, encontra-se estagnada. Em 2001, ocorreu a aprovação, pelo Congresso Nacional, do novo Código Civil, que também ofereceu um tratamento mais positivo aos índios e estabeleceu que o tema de sua capacidade para a prática dos atos da vida civil deve ser matéria de lei específica. Essa discussão não atraiu a atenção sobre a tramitação do projeto de revisão do Estatuto do Índio (LEITÃO e ARAÚJO).

Outro avanço legislativo que precisa ser mencionados é o de junho de 2002 quando, após anos de tramitação, o Congresso Nacional ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), primeiro instrumento internacional a tratar dignamente dos direitos coletivos dos povos indígenas, estabelecendo padrões mínimos a serem seguidos pelos Estados (Leitão e Araújo). Com o avanço da Constituinte expandiu-se o significado do advento de identidades coletivas, que se tornou um preceito jurídico para o reconhecimento de territorialidades específicas e etnicamente construídas. A Convenção, então, evidencia a ampliação do significado de “terras tradicionalmente ocupadas”; reconhece os elementos de auto-identificação: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos”; reconhece o roubo de terras desde o domínio colonial; os casos de expulsão e deslocamento a que foram obrigados; situações sociais diversas dos que se contrapuseram ao monopólio da terra, ao trabalho escravo, etc. A Constituição de 1988 e a Convenção 169 da OIT somam-se para contemplar as situações referidas – tanto em regiões antigas de colonização, quanto de ocupação recente – à restauração do sentido de “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004).

O Brasil, além de Estado-membro da OIT, é um dos dez países com assento permanente no seu Conselho de Administração. Em matéria de direitos indígenas o país evoluiu, mas em partes, pois ainda não conseguiu aprovar a legislação infraconstitucional que regula os dispositivos constitucionais sobre a matéria, um exemplo é o projeto de lei já citado, o Estatuto do índio que espera por aprovação há mais de uma década no Congresso Nacional. Por essa razão, a OIT 169, introduzida



no Brasil como lei, tem especial valor para o País: um marco regulatório mais harmonioso com a Constituição que tem a vantagem de contar com o reforço do sistema internacional para exigir sua aplicação. A Convenção abre caminho para que os povos indígenas pressionem os governos a implementar seus direitos e mobilizem novas pressões internacionais, já que hoje, o principal desafio no campo dos direitos indígenas não consiste mais, ou somente, no seu reconhecimento jurídico, mas em sua real aplicação (ISA).

A realidade, infelizmente, é que o direito oscila entre o reconhecimento e a negação. “Ora ocupam-se em reconhecer e ampliar os direitos aos grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva, ora adotam medidas de caráter nitidamente discriminatório, afastando qualquer possibilidade de reconhecimento”. O direito, tradicionalmente formulado, por muitas vezes, encontra-se como ‘obstáculo’ aos desejos destes povos, evidenciando a maneira que é ditado (SHIRAISHI NETO, 2007). O poder público e o segmento econômico agem estrategicamente e de forma deliberada na ilegalidade, contrários aos direitos dos indígenas, que acabam sendo negados sistematicamente, não como consequência, mas segundo a lógica econômica (LIEBGOTT, 2013). Estes direitos, contudo, encontram-se no bojo dos direitos fundamentais, são de aplicação imediata, portanto, vão além da determinação da validade ou não dos dispositivos legais e de interromper normas constitucionais, deve-se admitir a coexistência dos diversos instrumentos disponíveis para a efetivação dos direitos, reafirmar as suas respectivas fontes, que além de serem múltiplas e complexas, estão enraizadas em situações localizadas, ampliando as possibilidades de interpretação e de efetivação de direitos. Trata-se de atribuir ao “princípio da pluralidade” o mesmo valor que é atribuído ao “princípio da dignidade humana”, que orienta a elaboração de toda dogmática crítica do direito. A intenção é que o direito “recupere” e “atualize” seu significado através de uma “sociedade plural”, que se encontra em processo de transformação, pois o direito apresentado como único e indiferente às noções de local, realidade e pluralidade, criou “ficções jurídicas”, como a do “sujeito do direito”, que se encontra destituído de suas raízes profundas. A primazia da forma em detrimento do conteúdo tem levado os sujeitos de direito à invisibilidade, com seus modos de vida desvalorizados ou não reconhecidos, são destituídos dos elementos que os qualificam, perdem suas

especificidades enquanto pertencentes de uma comunidade tradicional (SHIRAISHI, 2007).

Os indígenas tornaram-se sujeitos de direito, de características étnicas próprias e diversificadas que tentam usufruir de sua nacionalidade e cidadania, fato que a Constituição reconhece, contudo, não tem respeitado. A partir da presença do Estado e de suas esferas, em um discurso de desenvolvimento homogêneo apoiado pela constituição, os índios têm o direito de ingressar em juízo para sua defesa, são sujeitos ao direito nacional, contudo, nos padrões brasileiros são tratados com artificialidade. São representados por força de lei, pelo Estado, sob regime tutelar da Funai, que muitas vezes prefere reafirmar-se ao Estado em detrimento do direito do índio, portanto, qual a real representatividade do indígena? No caso da Terra indígena Raposa Serra do Sol, por mais que o “final” do processo tenha sido, de certa forma, em prol do povo nativo, ficou entendido que a defesa foi forçada por várias vezes, a ser em prol do sistema jurídico do Estado e não dos índios, que foram vistos como ameaça ao direito público por refletirem no ordenamento do Estado, já que pretendiam pela demarcação da terra e não pelo título, atrapalhando, desta forma, o “desenvolvimento” do Estado-membro, que deixa de investir suas terras em particulares, conseqüentemente, desestimulando o desenvolvimento econômico da região, que perde terras que poderiam ser destinadas no arroz, por exemplo. Enfim, a proteção não foi em prol de uma sociedade homogênea, visto que os índios não estão sujeitos, efetivamente, às formas jurídicas e têm seu exercício do direito não reconhecido como deveria e muitas vezes negado, a exemplo do que vimos anteriormente, um caso amplo de disputa fundiária que proporcionou o conhecimento da natureza do direito, marcada por lacunas que dão espaço às estratégias processuais, omissões, morosidade do governo, inconstitucionalidades que ferem os direitos humanos, fundamentais a qualquer povo, ou será que, no caso dos indígenas, condicionantes às intenções do Estado?; que mesmo em suas deliberações finais, é inconsistente e desrespeita a Convenção 169 da OIT. Ou seja, circunda o interesse público e o direito de particulares, e contribui com diversas formas de violação dos direitos como o aumento das invasões, ataques, ameaças, espancamentos, e até mortes.

Figura 4: Destruições Causada por arroteiros.



Fonte: Página online do CIR – Conselho Indígena Missionário.<sup>6</sup>

Desta forma, “como podemos pensar o direito se o sistema jurídico não objetiva resolver os conflitos, se é um meio de perpetuar e obscurecer as disputas em vez de resolvê-las?” (HOLSTON, 1993).

“A efetivação dos novos dispositivos da Constituição Federal de 1988, contraditando os velhos instrumentos legais de inspiração colonial, tem se deparado com imensos obstáculos, que tanto são urdidos mecanicamente nos aparatos burocrático-administrativos do Estado, quanto são resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que historicamente monopolizaram a terra” (ALMEIDA, 2004).

---

6 Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=gallery&action=gallery&gallery=182>

## 7 A NATUREZA DO PODER

No momento da conquista de parte da América pelos ibéricos, diferentes povos de históricos distintos, foram reduzidos a uma única identidade, racial, colonial e negativa: índios. Como resultado, os povos despojaram-se de suas identidades e submeteram-se a uma nova, desprendendo-se do seu espaço na produção cultural humana, em um novo tempo, onde o passado é sempre inferior e primitivo (QUIJANO, 2005). Em consequência deste processo de limites postos, os resquícios do colonialismo perduraram sobre os povos que sentiam-se reduzidos, oprimidos pela sua autoimagem e impedidos de reconhecerem sua própria natureza e potencial. Mais do que isso, perdurava e firmava-se a ideia de uma única lógica hegemônica sobre todas as outras culturas, epistemologias e modelos civilizatórios, impunha-se um padrão cultural dominador, de aspectos culturais, simbólicos, imaginários e cognitivo-afetivos, a “colonialidade”, proporcionando apenas uma leitura de mundo, de uma só cultura, raça, modelo de sociedade, de produção e de consumo. Essa perspectiva, proposta por QUIJANO (2005) coloca que a colonialidade, instaurou-se através da ideia de raça, e consideremos também o formalismo religioso, como padrão universal de poder, que classifica, hierarquiza, privilegia e exclui socialmente, através da experiência da dominação colonial (FIGUEIREDO).

Para os colonizados, foram atribuídas novas identidades geoculturais, um processo de re-identificação histórica, a América a propósito, foi a primeira identidade histórica desse período. Essas populações foram expropriadas e reprimidas em suas formas de produção de conhecimento, universo simbólico, padrões de expressão, de uma maneira violenta e profundamente duradoura, os índios foram condenados a ser uma subcultura, privados de herança intelectual, forçados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores (QUIJANO, 2005). Há tempos sabe-se da utilização e classificação de um ser humano pelo outro, mas eram acontecimentos pontuais, sem negação de humanidade; com a colonialidade ocorreu o processo de “des-humanização”, idealizando uma raça humana superior e raças inferiores, através da maior exploração, escravização e servidão que se tem conhecimento, firmando desta forma, o capitalismo associado ao eurocentrismo e à modernidade. Uma das primeiras histórias que transcreve o exposto é a de origem religiosa que afirmou o índio como desprovido de alma, “por não cultuar o Deus dos

brancos, nem como os brancos”, estabelecendo aí a diferença racial hierárquica (FIGUEIREDO).

A “cultura moderna” foi definida então com estas fragmentações, sustentada pela falsa concepção da natureza civilizatória europeia como universal, superior e normal, designando categorias sociais que remetem à lógica racista e discriminatória como força instituinte. Deduz-se daí a “Colonialidade” como uma armadilha que naturaliza e legitima uma gama de valores construídos, estabelecendo relações de poder impositivas, invisíveis e mesmo inconscientes que alienam e falsamente justificam o direito dos colonializadores (FIGUEIREDO). Esse novo padrão de dominação social, novo porque antes do século XV não havia nada igual, produziu um constructo a partir da palavra raça, redefiniu um conjunto de mecanismos e de formas de dominação social, transcendendo até a ideia de gênero. A raça classifica as pessoas em naturalmente inferiores e naturalmente superiores, daí em diante toda mulher de raça superior estava acima de todo homem de raça inferior, afetando todas as dimensões de relações de poder e sociais, constituindo um novo eixo de dominação social sem qualquer precedente histórico e no mesmo processo constituindo um novo eixo de exploração social, também sem precedente (QUIJANO, 2010).

Na sociedade atual essa força para a dominação não é exercida de maneira explícita e direta, mas encoberta por estruturas institucionalizadas conhecidas como Estado, que possui a colonialidade como fonte legitimatória, promovendo a articulação entre as formas mais perversas de exploração e controle: a colonialidade e sua ideia de “raça” como fundamento da classificação e dominação social (mesmo que em menor intensidade, mas ainda fortemente); o capitalismo como padrão universal de exploração social; o Estado como forma de controle da autoridade coletiva; e o eurocentrismo (e hoje em dia também o norte-americanismo) como forma hegemônica de controle do modo de produzir conhecimento (QUIJANO, 2002).

“O enfoque nos espaços intersticiais e nos distintos tipos de invisibilidade, não ocultou um fato inegável: desde uma macro-perspectiva fundiária, o resultado geral do processo de expansão de fronteiras foi a instalação da hegemonia do Estado-nação e suas formas de territorialidade. Mesmo que esse processo não tenha sido homogêneo nem completo, a nova entidade territorial do Estado-nação se impôs sobre uma imensa parcela da área que hoje é o Brasil, de tal forma que todas as demais territorialidades são obrigadas a confrontá-la” (LITTLE, 2002).

A diversidade cultural foi sem dúvida, o desafio central com que se depararam, constituído do seguinte problema: diversas culturas em um mesmo território, ou Estado, uma coexistência que questionou conceitos como nação, cidadania e igualdade, referências nos projetos de Estados nacionais que desconsideravam os indígenas, ignorando-os ou integrando-os à cultura nacional “homogênea” (Agustín Grijalva, 2009). A maioria dos grupos indígenas vive num espaço de “fronteira” ou “limite cultural”, onde em ambos os lados existem indivíduos de diferentes etnias, que somadas à nacionalidade, natural ou conquistada, criam um cenário sociocultural bastante complexo. Nesta situação, a nacionalidade age como determinador social, político e cultural, talvez mais do que a etnicidade, já que quando interagem, é a identidade política que marca a identificação dos indivíduos, mesmo sendo bastante diluída quando comparada às identidades étnicas, como em Raposa Serra do Sol, onde a identidade indígena prepondera sobre a nacional. Ou seja, os índios obrigam-se à nacionalidade somente como uma segunda identidade, que se dá conforme algumas situações, como a de busca por sua terra, saúde, educação, um efeito cruel do etnocentrismo colonial (OLIVEIRA, 2006).

Essa ambiguidade histórica da categoria índio, tendo sua nacionalidade considerada apenas quando conveniente, tanto para eles quanto, e principalmente, para o Estado, instaurou-se como um grande obstáculo aos interesses econômicos que pretendiam e pretendem explorar as potencialidades das terras brasileiras, especialmente a partir da agricultura e da pecuária; essa linha, a propósito, assemelha-se ao argumento de Roraima citado anteriormente. Em função disso, povos e comunidades indígenas ainda são afrontados, agredidos e têm seus direitos constitucionais desrespeitados, em prol de iniciativas que obstruem suas perspectivas de futuro (LIEBGOTT, 2013). Desta forma constituíram-se os conflitos agrários, como indicadores de estratégias dos atores sociais do campo, exprimindo seus diferentes entendimentos sobre o padrão historicamente desigual de acesso a terra. Estes atores são, por um lado, grupos que lutam pela terra, contra a insegurança da posse e a distribuição concentrada da propriedade; e por outro, grandes proprietários a fim de reduzir a concentração fundiária, democratizar a terra e pressionar o Estado a mudar o padrão de suas políticas agrárias. Neste rumo nascem as pressões em prol da inserção dos territórios nos fluxos de acumulação de riqueza, que ocorrem de duas formas: incorporando áreas, produtivas ou

especulativas, pela expropriação de terras (de pequenos produtores, terras públicas, de reserva legal, indígenas ou tradicionais); e pela busca de ganhos de rendimento por hectare, através da intensificação das condições de exploração do trabalho rural e do uso crescente de insumos. O grande problema é que, como visto na TIRSS, na ausência de um ambiente público democrático no campo, a exploração da terra compõe um cenário de truculência e expropriação. Deste modo presencia-se, com frequência, representantes do ruralismo identificando os povos e comunidades tradicionais como opositores de seus projetos, e a partir disso os deslegitimam, transformando-os em protagonistas de uma “inversão de direitos” (ACSELHAD e BARROS, 2013).

Observa-se então, que desde a colonização as invasões de terras constituem-se como práticas comuns de status jurídico ambíguo: ilegais, mas reconhecidas como legítimas, se cultivadas regularmente, ou seja, propriedades são aceitas já que cumprem a dita “função social”, de lógica capitalista – visa a produção – onde, quanto maiores as proporções, mais considerada é. O resultado é que as elites latifundiárias não esbarram em dificuldades ao bancar essa conversão, do ilegal para a legalidade, e aumentam suas propriedades através de lacunas legais, consagrando a fundamental, histórica, incabível, mas duradoura estratégia de aquisição de terra no Brasil. Neste rumo, a lei da terra brasileira constituiu-se como cúmplice dessa prática, como um instrumento de desordem através do qual práticas ilegais produzem lei, e soluções extraleais são introduzidas clandestinamente no processo judicial, de burocracia facilmente manipulável, perpetuando as irresoluções judiciárias através de complicações legais. Entende-se então, que a lei facilita as estratégias e a fraudulência, que incentivam as invasões de terras, tornando-as norma em casos territoriais, um meio, por muitas vezes, perversamente efetivo (HOLSTON, 1993). Certifica-se, desta forma, a intenção do Estado em promover o desrespeito aos direitos indígenas, e estabelecer a ideia de irreversibilidade dos empreendimentos, em prol da defesa do agronegócio e do latifúndio, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a partir de uma força que é mais do que econômica, mas ideológica, uma verdade absoluta legitimada pela mídia, parlamento e políticas públicas (LIEBGOTT, 2013). Foi exatamente o que aconteceu em Roraima, dentro da Terra indígena Raposa Serra do Sol, quando os agricultores aproveitaram-se da indecisão acerca do reconhecimento da terra, provocada por

obstáculos e lacunas legais e pelo interesse do Estado-membro sobre a área, as ocuparam e ali permaneceram até que o processo administrativo de demarcação de terra indígena os atingisse, a partir daí usaram do subterfúgio da função social para permanecer no local, com a ajuda e intenções do Estado de Roraima. Mas graças a insistência do movimento indígena, dos que com ele simpatizam e da sabedoria, e de certo modo, da empatia dos que levaram o caso ao destino certo, os agricultores foram desapropriados e a posse ilegal sobre as terras tradicionalmente ocupadas não foi legitimada. Como é muito comum os casos territoriais ilegais tornarem-se legais no Brasil, os agricultores ainda insistiram em permanecer nas terras, mas, por enquanto, não obtiveram sucesso.

Figura 5: Faixas de protesto dos povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, antes do Julgamento.



Fonte: Página online do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, foto por Maíra Heinen.<sup>7</sup>

Com o avanço da modernização, o mercado de terras e o negócio agrícola fixam-se na máquina estatal, que não mais se limita à regulação externa ao mercado, mas renova-se, à exemplo de 2010, com a redefinição dos Códigos Florestal e de Mineração, desafiando agricultores familiares a unirem-se frente à estratégia danosa da união entre o “senhor Capital” e a “senhora Terra” (ACSELHAD e BARROS, 2013). Esta política sustenta a ideia de que, na ausência ou na omissão do Estado, qualquer um pode agir, e geralmente é o mais “forte” que o faz,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=gallery&action=gallery&gallery=191>



acarretando graves consequências, dentre elas o estímulo de ações truculentas contra os direitos indígenas. Em razão disso, em 2012 foram observados desrespeitos com as comunidades, “perseguições às lideranças, criminalização das lutas e, mais grave, foram praticados dezenas de assassinatos, atropelamentos, espancamentos, ameaças de morte, invasão e depredação das terras” (LIEBGOTT, 2013), tanto de indígenas como de não-indígenas.

Nessa conjuntura a causa indígena e as causas sociais ficaram, por um lado, submetidas ao assistencialismo e às ações paliativas, e por outro, estimuladas pela negligência e omissão no cumprimento da Constituição Federal (LIEBGOTT, 2013) e felizmente, a partir da última postura citada, a dubiedade da identidade indígena está se desfazendo dentro dos movimentos atuais (OLIVEIRA, 2006), proporcionando o surgimento de novos povos indígenas, tanto na Amazônia, quanto em outras regiões do país. Simultaneamente a esse “surgimento” existem critérios político-organizativos que se estruturam sobre a demanda por terras, incorporando-se a partir da ideia de rede de relações sociais, cada vez mais fortalecida pelas autodefinições sucessivas ou pela afirmação étnica. Um exemplo desse novo cenário é Censo Demográfico de 2000, o qual mostrou que os povos reunidos sob a classificação de indígenas foram os que tiveram a maior taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000, duplicando sua participação no total da população brasileira. Nota-se que neste mesmo período essa população total cresceu a uma taxa de 1,6% ao ano, o que não se deveu à multiplicação da população de aldeias, mas a uma mudança na maneira de auto-identificação da população, dos indígenas que afirmam suas etnicidades. A Região Norte, atualmente, possui 342 mil índios e revela a sua importância como a mais populosa em indígenas no País. Na Amazônia, constatou-se que apenas 29,3% se autodenominam brancos, os demais, mais de 2/3 da população apresentam-se como indígenas, pretos e pardos, denotando uma nova “fisionomia étnica” muito próxima de países como Bolívia, Peru e Equador. Estes fatores reformulam o significado de “terras tradicionalmente ocupadas”, não reduzindo o tradicional apenas ao histórico, mas incorporando-o às novas identidades, “redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada” (ALMEIDA, 2004).

## 8 E A LUTA CONTINUA...

“O que é diferente não está desunido, o que está unificado não é uniforme, o que é igual não tem que ser idêntico, o que é diferente não tem que ser injusto. Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS B.S., 2007).

Vivemos num momento em que a obtenção de riquezas é objetivo supremo da humanidade. Contudo, paralelamente aos avanços tecnológicos, presenciamos pelo mundo multidões em condições tragicamente miseráveis, onde a degradação humana, a marginalização e a impossibilidade de uma vida digna são tamanhas que é fundamental indagar-nos sobre esse “progresso” e seu real significado (DALLARI, 2001). No entanto, o único questionamento que surge no Estado brasileiro, de mentalidade colonial e subdesenvolvida, é sobre “o que falta”, esquecendo-se “do que existe”, de valorar o que tem. O inconveniente é que ao pensar no que falta para desenvolver-se, leva-se em consideração apenas a cultura ocidental capitalista, que ainda não é suficientemente forte no país quando comparado a outros, e culpa-se pelo atraso o comportamento do povo e sua cultura, ao invés da condição neocolonial em que se encontra, condenando, desta forma, as minorias tradicionais a deixarem seus velhos padrões, costumes, modos de pensar e viver, em prol da modernidade, de uma autêntica e eficiente sociedade capitalista, através da desinformação, manipulação e métodos coercitivos. Ou seja, coloca-se numa situação que só será revertida quando o país for redescoberto por seus próprios filhos, principalmente os da elite, que atualmente desconhecem sua morada (SANTOS, 1998).

O que o país fez foi optar claramente por uma forma de desenvolvimento que desrespeita as minorias, que são um obstáculo à essa escolha. Usemos como exemplo o cenário atual. O governo Dilma, foi o que menos demarcou terras indígenas desde a ditadura, em contrapartida, vem prejudicando o processo de demarcação por meio de medidas administrativas nocivas aos direitos destes povos, tais como:

- Portaria 419/11 – regulamenta a atuação de órgãos e entidades da administração pública com o objetivo de agilizar os licenciamentos ambientais de empreendimentos de infraestrutura que atingem terras indígenas, determinando, dentre outras coisas, que o governo considere apenas as

terras cujos limites estiverem estabelecidos pela Funai, ou seja, cujo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação tenha sido publicado nos Diários Oficiais da União e do respectivo estado federado.

- Portaria 303/2012 – fixa uma interpretação sobre as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, estendendo a aplicação delas a todas as terras indígenas do país e fazendo retroagir “ad eternum” sua aplicabilidade. A portaria determina que os procedimentos de demarcação já “finalizados” sejam “revistos e adequados” aos seus termos. Foi editada pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.
- Decreto 7957/13 – institui uma gestão integrada ao meio ambiente e regulamenta a atuação das forças armadas neste âmbito, com ações de prevenção e repressão. São integrantes do grupo o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Ministério do Meio Ambiente; o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça.

A partir destas intenções, evidenciam-se os fundamentos do governo: consumir grandes empreendimentos reprimindo os indígenas (e outros grupos sociais minoritários) que se oponham a essa ideia, menosprezando as problemáticas de cada processo demarcatório – que apesar de essências similares, possuem cada um suas especificidades – e limitando o conceito de terra indígena a fim de justificar suas ações também limitadas sobre elas, ou seja, uma atitude inconstitucional, visto que desconsidera o fato de que a identificação e delimitação de terras indígenas é um ato apenas declaratório sobre as terras tradicionais, que não deixam de ser ‘indígenas’ por não possuírem demarcação e homologação. Isto é, o governo se arma diante e contra estes povos, um exemplo claro é que até o primeiro semestre de 2013, a presidente não havia recebido os indígenas para qualquer conversa, no entanto, reservou tempo em sua agenda, em apenas um mês, para ao menos cinco encontros com representantes ruralistas, inimigos históricos dos povos indígenas, que atacam os direitos destes povos por meio de diferentes instrumentos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e como consequência dessa atenção, que existe há tempos, tramita hoje mais de uma centena de proposições legislativas contrárias aos direitos indígenas nas duas casas do Congresso (CIMI, 2013), numa tendência de fortalecimento do agronegócio, que se esparrama sobre essas áreas

que o governo contraria-se em demarcar (LIEBGOTT, 2013). Dentre as propostas destacam-se:

- PEC 215/2000 – que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas.
- PEC 038/1999 – que altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal, para tornar competência privativa do Senado Federal as aprovações dos processos sobre demarcação de terras indígenas.
- Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012 – que considera de interesse público e pretende legalizar a existência de latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas, empreendimentos econômicos, projetos de desenvolvimento, mineração, atividade madeireira, usinas e outros em terras indígenas.
- PEC 237/2013 – que propõe que se acrescente ao art. 176-A no texto Constitucional a posse indireta de terras indígenas à produtores rurais na forma de concessão.

Figura 6: Lideranças indígenas dizem Não à PEC 215 durante Cúpula dos Povos.



Fonte: Página online do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, foto por Egon Heck.8

---

8 Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6352>

No início do segundo semestre de 2013 a presidente se reuniu com lideranças indígenas, a fim de oferecer resposta às manifestações que tomaram as ruas brasileiras. Entretanto, apenas mais um jogo de cena, o governo demonstrou que estava aberto ao diálogo, com discursos de renegociação e remediação, enquanto que no mesmo dia, os ruralistas e agentes do governo aprovaram o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012, apenas em uma das instâncias, mas mesmo assim, uma afronta. Ou seja, a conversa de renegociação foi encarada como mais uma estratégia oferecendo tempo para aprovarem as medidas que desejam em relação aos indígenas, a partir de discursos que os agradam, os enganam (ISA). Essas tentativas de banalizar as demarcações não muda o contexto nem resolve o conflito, muito pelo contrário, gera mais desacordos e enfrentamentos visto que tem permitido ao governo federal e aos ruralistas que explorem cada vez mais as terras tradicionais, essa é a visão indígena sobre sua conjuntura política no país. O ponto positivo dessa história é que devido aos ataques os índios tem reagido em prol da preservação e efetivação de seus direitos e em legítima defesa de suas existências enquanto indivíduos e povos (CIMI, 2013).

Esses processos atuais de ruptura da consciência neocolonial e de conquistas acerca dos direitos indígenas levaram alguns juristas a propor um “Estado pluriétnico” na América Latina, que compactua e protege diferentes expressões étnicas (ALMEIDA, 2004). Como a diversidade cultural apoia-se fortemente sobre vários direitos do sistema constitucional, questionou-se a concepção de uma só nação e um só Estado, e sugeriu-se diante dela a coexistência democrática de várias nações ou nacionalidades sob o marco de um mesmo Estado. O Brasil encontra-se em uma fase dessa intenção denominada “Estado multicultural”, que agrega diferentes etnias e culturas nos textos constitucionais, mas de uma forma culturalista, permitindo que a cultura colonial atual influencie no desenvolvimento dessa nova ideia, diminuindo as condições políticas e econômicas dos indígenas, levando o Estado multicultural a contradizer-se, já que subvaloriza, ou até nega as próprias condições de existência dos povos cujas culturas busca defender e promover. Frente a essas limitações do multiculturalismo, a proposta de plurinacionalidade surge como crítica e forma de renovação. O fato é que mesmo com avanços constitucionais em relação ao direito indígena brasileiro, não houve intenção do Estado em adotar uma política étnica ou

ações governamentais capazes de reconhecer os fatores situacionais que influenciam a consciência étnica. “Mesmo levando em conta que o poder é efetivamente expresso sob uma forma jurídica ou que a linguagem do poder é o direito”, existem dificuldades de implementação de disposições legais desta ordem (ALMEIDA, 2004), principalmente em sociedades autoritárias e de fundamentos colonialistas como o Brasil. A realidade é percebida apenas "economicamente", contudo, esconder os fatores não econômicos da desigualdade é tornar invisível as duas questões que permitem compreender efetivamente a desigualdade social: a sua origem e reprodução no tempo. Essa visão superficial atinge o espaço público, domina e coloniza tudo que se pensa sobre a vida coletiva. Apenas a herança material, pensada em termos econômicos de transferência de propriedade e dinheiro é percebida por todos, e seus privilégios positivos e negativos, transferem-se às novas gerações por meio de objetos materiais e palpáveis ou, no caso, dos negativamente privilegiados, pela ausência destes (SOUZA, 2012).

A experiência da antiga constituição equatoriana de 1998 é um exemplo do que tento exprimir, encontrava-se mais ou menos no mesmo estágio da atual constituição brasileira, e demonstrou que as limitações ao desenvolvimento da plurinacionalidade e da interculturalidade são provenientes de forças políticas e econômicas mais do que de particularidades das normas formalmente vigentes. Hoje, o Equador atua com uma nova constituição, a de 2008, ainda com certos tropeços, mas em matéria de direitos coletivos, evidencia inovações e desenvolvimentos. Entretanto, as mesmas limitações encontradas em seu antigo texto constitucional – multicultural, como o atual texto brasileiro – ainda perduram sobre a intenção plural equatoriana, ou seja, como questionou AUGUSTÍN GRIJALVA (2009: p. 132), “de que forma a Constituição pode marcar essa transição, de um Estado formalmente multicultural para um Estado efetivamente plurinacional e intercultural?” E o povo equatoriano nos mostra que essa resposta constrói-se dia a dia, não apenas a partir dos dizeres constitucionais, mas principalmente de como a atuação da sociedade, das instituições e organizações indígenas dão vida à essas palavras, em prol de uma igualdade mais real. Os conflitos por poder e hegemonia sempre estarão presentes, mas a sociedade deve insistir na defesa dos seus direitos, interesses e valores, através do associativismo local ou de articulações inter-organizacionais, formas organizacionais de certa institucionalidade, que

disciplinam o associativismo civil. Todavia, existe outra forma de protesto social mais abrangente, a mobilização na esfera pública. E como resultado destes processos constitui-se a rede de movimento social, que identifica sujeitos coletivos em torno de valores e objetivos comuns, uma ideia que assimila o rumo das articulações e transcende as expectativas dos sujeitos/atores coletivos. Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais, e as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores, permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (WARREN, 2006).

O objetivo tem de contemplar os sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos, empoderando-os democraticamente e incluindo-os socialmente, a partir da participação em diversos espaços: no combate à exclusão e na respectiva luta por direitos; no reconhecimento da diversidade e do respectivo pluralismo das ideias; na promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior das organizações e nos comitês da esfera pública, tornando-os atores de novas formas de governança. Desta forma a gestão das políticas públicas poderá ser mais ou menos cidadã, ou seja, influenciada pela sociedade, que organizada tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais (WARREN, 2006).

“As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras *territoriais*, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; *temporais*, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; *sociais*, em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada” (WARREN, 2006).

Essa é a busca do ativismo: mudanças engajadas a partir de causas sociais dos excluídos e discriminados, na defesa da democracia junto à diversidade (WARREN, 2006). A Bolívia é o melhor dos exemplos frente aos aspectos que levantei acima. Os indígenas bolivianos habitaram em um espaço do qual não se sentiam parte, mas nesse contexto a diversidade do país plurinacional encontrava-se e reconhecia-se como tal, fato que deu início a movimentos sociais, que com o passar dos anos acabaram por tecer redes sociais cada vez mais extensas pela

necessidade de mudar o cenário onde se encontravam e construir um novo país. Nessa história, Marcada por ditaduras militares e democracias excludentes, os povos indígenas, a grande maioria do país, foram apenas objeto de paternalismo e assistencialismo, expressões do colonialismo, no entanto, quanto mais reprimidos e menosprezados eram, mais se reconheciam na sua identidade e como comunidade, dando como resposta a proposta de aprender a “Viver Bem”, de não deixar de lutar, mas sem pensar como os opressores. A eleição de Evo Morales como Presidente instituiu um novo paradigma na história, sem precedente, e uma das primeiras medidas do novo governo foi convocar uma Assembleia Constituinte que reformularia as intenções do novo país. Apesar de oposições, racismo, destruição de bens estatais e humilhação pública, no ano de 2009 foi aprovada a Constituição do Estado Plurinacional, parte de uma história republicana e liberal, mas incorporada pelo horizonte comunitário do Viver Bem, como realidade e tarefa, a ser desenvolvida e realizada pelas organizações sociais e pelo Estado. Junto aos direitos individuais foram incluídos os direitos coletivos, a “justiça dos indígenas” (comunitária) que reconhecia a existência de diferentes formas de solucionar os conflitos. Foram constitucionalizados, a representação política dos povos indígenas nos órgãos do Estado; o direito à autodeterminação dos povos; e o reconhecimento da Economia Comunitária (que sobreviveu quase na clandestinidade, permitindo aos povos viver compartilhando a pobreza). O desafio é que esta economia, presente na comunidade, seja uma resposta ao capitalismo, que explorara as minorias e extermina os recursos ambientais. Estes povos indígenas são a vanguarda da Revolução Democrática e Cultural que hoje firma a Bolívia como um país para todos, de uma política Social Comunitária que os conduz ao ‘Viver Bem’. Um ato ímpar que só foi possível graças às revoluções que estes povos mostraram que são capazes de produzir (LINERA, 2012).

A interculturalidade, plurinacionalidade e descolonialização, incorporados na proposta do ‘Viver Bem’, rompem com paradigmas modernos através de reações político-epistêmicas, apoiados, principalmente, na ecologia de saberes, que aceita a lógica da diversidade cultural, étnica e social sobre o desenvolvimento, numa redefinição do Estado Nacional, proveniente da releitura da excludente sociedade moderna (Figueiredo). Todo esse engajamento baseia-se num fato fundamental, de que o ser humano é um ente associativo, que necessita do próximo, fato que vem sendo omitido atualmente, desencadeando, por exemplo, a colocação teórica de que



os direitos de cada um terminam onde começam os direitos do outro, afirmação que se repete como se fosse exemplar, porém é essencialmente errada, pois os direitos interpenetram-se inevitavelmente já que o ser humano não apenas vive, mas convive, é cheio de particularidades, mas não exclui o outro. O direito individual que possui é o direito dos indivíduos vivendo em sociedade, junto com outros indivíduos iguais por natureza (DALLARI, 2001). Ou seja, esses distintos seres redescobrem-se no encontro dialógico, e é a partir dele que devem seguir com os inúmeros tipos de conflitos existentes hoje, permitindo que os seres reconheçam-se a partir de suas enriquecedoras diferenças, entrelaçando saberes e produzindo novos, rompendo com a lógica impositiva e hierarquizadora de uma única episteme, democratizando a gestação dos vários tipos de conhecimento, reconhecendo, desta forma, a diversidade como o que habilita a gerar informação e sabedoria (FUGUEIREDO).

## 9 CONCLUSÃO

A partir do exposto no trabalho certificou-se que, definitivamente, grande parte das pessoas são influenciadas pela história e determinadas pelo seu meio, branco, conservador, colonialista, capitalista e autoritário. Que populações tradicionais, como os indígenas, ainda conseguem determinar-se fortemente pela sua cultura e passam longe de basear-se em sua história, pois se o fizessem, cobriam e se revoltariam muito mais pelo que perderam e pelo que seus familiares tiveram de passar. Esses povos pedem apenas o que é de direito, seu espaço, que um dia lhes foi retirado, como conta a história. E é a partir da busca por esse direito que se conseguiu analisar a condição do Estado brasileiro moderno, formado e formador de capitais cultural e econômico, constituído fundamentalmente, por um grupo de indivíduos – aonde inclui os indígenas – desprovidos desses “bens”, e fartos de condições sociais, morais e culturais que não permitem seu desenvolvimento e que os colocam, como apregoa SOUZA (2012), como “ralés” estruturais que se reproduzem há gerações a partir do abandono social e político.

Evidenciou-se no que se baseia a tradicional territorialidade do Estado e a nova territorialidade demonstrada pelos indígenas (e por outros povos tradicionais). Os conflitos deram-se, por parte do Estado e agricultores, pela disputa e controle da terra – o poder –, e por parte dos indígenas, pelo reconhecimento de sua terra – o pertencer. Visões distintas de seres de fronteira, nem política ou natural, mas uma fronteira cultural, que separa os indivíduos vizinhos, principalmente pelo modo de pensar, formando uma fragmentação social num cenário de embates sobre o espaço geográfico pretendido. E é a afirmação dessa diferença, étnica, de pensar, de agir, de se desenvolver, que leva os indígenas a defender os limites de sua terra, que não é só um pedaço de chão, mas um sujeito, que interage, ao longo do tempo, com seus povos e com o meio.

As críticas observadas neste trabalho permitiram entender a dubiedade dada a função da terra, propícia economicamente, ao Estado ou a empreendedores, e tratada ao mesmo tempo como um espaço tradicional, marcado por desterritorializações, e muitas vezes reterritorializações, num ambiente de conflitualidade, de pressões políticas e econômicas sobre um espaço requerido pelos indígenas. Para estes povos, FERNANDES (2005) posta que, seu “território é

espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade”, já para seus “concorrentes”, ele significa apenas retorno financeiro, que se constitui sob um prisma bastante contestado.

Nessa conjuntura, foi percebida pelos indígenas e por outros grupos sociais, a deficiência da democracia em suas realidades, o impedimento nas decisões políticas – principalmente aquelas que os afetam, os obstáculos provocados por lacunas legais, burocracias descomedidas, interesses econômicos e preconceito. À vista disso vem se firmando os movimentos sociais, numa luta por desconstruções e de transformação da realidade. Essas lutas emancipatórias surgiram a partir de ações de grupos como os indígenas, altamente excluídos, discriminados e com profundas desigualdades sociais, em prol do afastamento de sistemas excludentes. Devido a uma maior valorização, a partir do final do último século, das participações institucionais (como audiências públicas, conselhos, etc.), foi percebida a oportunidade de exercitar a cidadania, com a intenção de ampliar a democracia, o controle social, a partir de uma política ativa, de possibilidades de atuação em uma nova perspectiva para o país.

Concebe-se, nos termos de WARREN (2008), que o movimento indígena brasileiro deve atuar cada vez mais sob a forma de rede, a exemplo de outros países da América Latina, como a Bolívia e o Equador. É interessante também, perceber a relação e o reconhecimento recíproco sobre a exclusão que vem se constituindo entre os indígenas e outros grupos socioculturais – sem-terras, quilombolas, agricultores familiares, pobres urbanos, etc. –, proporcionando novos valores coletivos, que conectam as várias particularidades desses grupos em redes mais abrangentes, auxiliando na transformação deles em sujeitos de direito. Os movimentos atuais têm se formado em torno desse sentido coletivo atribuindo às carências dos grupos, que transformam os sujeitos em atores políticos, as carências em demandas e consequentemente em pautas políticas e, posteriormente, em ações de protestos.

“o potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Portanto, para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis” (SANTOS, 2008).

Essa solidariedade proveniente das diferenças, e a abertura do pluralismo democrático, tornaram-se fundamentos para a transformação de demandas particulares em pautas políticas referentes a um conjunto de exclusões sociais, de uma mesma lógica sistêmica, e é em prol dessa nova lógica que se estruturam as redes, uma conexão criadora de um potencial de democratização, onde o sujeito passa do individualismo à política do reconhecimento (WARREN, 2008). Enfim, o que fica claro é que esses movimentos emancipatórios se desenvolverão a partir do momento em que oportunizarem a diversidade em suas ações, transformando, desta forma, suas truculentas histórias de vida em significados, e posteriormente em novas concepções e novas atitudes em prol de um ambiente favorável as suas diferenças.

A compreensão de descolonialidade, do reconhecimento do “outro” como constituinte de nossa própria história e de que as diferenças nos enriquecem e nos potencializam para uma revolução social profunda, coloca em jogo intenções de mudanças de situações enraizadas há centenas de anos, apoiadas por mobilizações que, se queremos mais do que um governo conservador que segue receitas norte americanas e europeias, devemos dar a maior importância.

“Quando nenhuma lei o protege, nada senão a sua própria audácia o ampara” (GUIMARÃES, 1989, p. 113).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2011.

ARAÚJO, Ana V.; LEITÃO, Sérgio. Direitos indígenas: avanços e impasses pós-1988. In: **Além da Tutela: Bases para uma Nova Política Indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

ARIOSI, Mariângela F. O **caso Raposa/Serra do Sol no STF e suas repercussões para a soberania Nacional**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/12149/o-caso-raposa-serra-do-sol-no-stf-e-suas-repercussoes-para-a-soberania-nacional> acesso: 13/07/2013.

AGU – ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **Memorial complementar da Advocacia Geral da União**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=documentos> acesso: 15/06/2013

AGU – ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **Toffoli: Constituição Federal não vincula demarcação das terras indígenas com a seguransa ou defesa das faixas de fronteira**. Disponível em: [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=78073&id\\_site=3](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=78073&id_site=3) acesso: 15/06/2013

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Condicionantes do julgamento da TI Raposa Serra do Sol e efeito vinculante STF. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6456> acesso: 15/06/2013.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **O Governo Dilma, o agronegócio e os Povos Indígenas**. Disponível em: [http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=6937&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6937&action=read) acesso: 20/07/2013

CIR - CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, *et al.* **Respeito Já e Nós Exigimos! Salvaguardas para a Vida dos Povos Indígenas e Não à Violação de Direitos! Contra as Portarias 303 e 308 da AGU!** Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/07/respeito-ja-e-nos-exigimos-salvaguardas-para-a-vida-dos-povos-indigenas-e-nao-a-violacao-de-direitos-contras-portarias-303-e-308-da-agu/> acesso: 12/07/2013.

DALLARI, Dalmo. Direito de participação. In: OLIVEIRA SPOSATI, A.; SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. Universidade Pontifica Comillas, 2001.

FATO REAL BLOG. **Terras indígenas – Gleisi cobra do STF posição sobre condicionantes da Raposa Serra do Sol.** Disponível em: <http://www.fatoreal.blog.br/politica/terras-indigenas-gleisi-cobra-do-stf-posicao-sobre-condicionantes-da-raposa-serra-do-sol/> acesso: 12/07/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, p. 24-34, 2005.

FOLHA DO INTERIOR. **Condições do STF sobre Raposa Serra do Sol são alvo de questionamentos e atingem portaria da AGU.** Disponível em: <http://www.folhadointerior.com.br/v2/page/noticiasdtl.asp?t=CONDI%C7%D5ES+DO+STF+SOBRE+RAPOSA+SERRA+DO+SOL+S%C3O+ALVO+DE+QUESTIONAMENTOS+E+ATINGEM+PORTARIA+DA+AGU&id=48217> acesso: 12/07/2013.

FIGUEIREDO, João B. A. **Colonialidade e descolonialidade: uma perspectiva eco-relacional.**

GUERREIRO, Ketiane. Estratégias da colonização portuguesa na Amazônia. **EXAMÃPAKU**, v. 1, n. 1, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRIJALVA, Agustín. O Estado Plurinacional e Intercultural na Constituição equatoriana de 2008. In: **Povos Indígenas, Constituições e Reformas Políticas na América Latina**, 2009.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, n. 21, 1993.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Convenção 169 da OIT: os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta\\_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil/a-convencao-169-da-oit#fim](http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil/a-convencao-169-da-oit#fim) acesso: 30/06/2013.

LACERDA, R. **Análise Jurídica do Despacho nº 80/96 do Ministro da Justiça.** Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=323> acesso: 15/06/2013.

LAZZARIN, Flávio. (coord.) **Conflitos no campo - Brasil 2012**, [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

LIEBGOTT, Roberto. As violações dos direitos indígenas no Brasil. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; LAZZARIN, Flávio. (coord.) **Conflitos no campo - Brasil 2012**, [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

LINERA, Álvaro, G. **Bolívia: a constituição política do Viver Bem.** Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=374> acesso: 03/07/2013

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MARÉS, Carlos. **As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios**. 1999.

MELLO, Neli Ap. *et al.* Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia. **Sociedade e estado**, v. 18, n. 1-2, p. 339-360, 2003.

MOTA, Carolina e GALAFASSI, Bianca. A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos judiciais. In MIRAS, Julia T.; GONGORA, Majoí F.; MARTINS, Renato e PATEO, Rogério D. **Makunaima Grita! Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial, 2009.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **Caminhos da identidade**. Ed. Unesp, 2006.  
ACSELHAD, Henri.; BARROS, Juliana N. Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra, 2013. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, n. 37, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade/descolonialidade do poder**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=sID-iPiGgmY> acesso: 03/07/2013

RODRIGUES, Alex. **Condicionantes se aplicam formalmente apenas para Raposa Serra do Sol**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-08/condicionantes-se-aplicam-formalmente-apenas-para-raposa-serra-do-sol-diz-adams> acesso: 12/07/2013.

SANTILLI, Paulo. Os Macuxi: historia e política no século XX. **Campinas, dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp**, 1989.

SANTOS, Laymert G. dos. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil. In: **Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. vol. 8. Edusp, 2007..

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10º ed. - Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. **La reinvencción del Estado y el Estado plurinacional**. Buenos Aires: CLACSO, año 8, n 22, 2007

SANTOS, ANA D. A. M. **Informativo STF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo539.htm> acesso: 10/07/2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil. **Coleção Documentos de Bolso** nº1. PPGSAUFAM/Fundação Ford. Manaus: UEA, 2007.

SOUZA, Antonio F. B. S. S. Memorial do Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=documentos> acesso: 15/06/2013

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VALLEJO REAL, Ivette R. **Derechos territoriales indígenas, movimientos etno políticos y Estado: un estudio comparativo en la Amazonía de Brasil y Ecuador**. 2010.

YAMADA, Erica M.; VILLARES, Luiz F. Julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: todo dia era dia de índio. **Revista Direito GV**, 2010.